



MUNICÍPIO DE SETÚBAL  
CÂMARA MUNICIPAL

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Realizada em 20 de fevereiro de 2019

N.º 4/2019

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, realizou-se, pelas dezasseis horas e vinte minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Municipal Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, a partir do momento indicado, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Sandra Marina Lopes Frota Gomes e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva.

Faltou o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes, que se encontrava em representação do Município numa reunião da Área Metropolitana de Lisboa.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do art.º 24.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

### **A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

#### **1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)**

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do seu gabinete, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 1.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 2.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.
- d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente, no âmbito do Departamento de Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 4.
- e) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Pedro Pina, no âmbito do seu gabinete e do Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais e Juventude, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.

#### **2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia**

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** - A minha questão tem a ver com o seguinte e prefiro colocá-la agora, considerando a pertinência da moção que hoje coloquei à discussão e, assim, podemos poupar tempo, se, porventura, verificarmos que essa pertinência desaparece.



Eu tinha informação de que ocorreu – e era isso que pedia que me pudesse confirmar, ou não. Não sei se, porventura, saberá - hoje numa reunião entre a APSS e os pescadores, no que diz respeito à temática que todos nós sabemos, sobre o aterro.

Se assim foi, a moção que a seguir coloco já não é condizente com as notícias mais recentes, e, nesse sentido, se souber se essa reunião ocorreu...

**Sra. Presidente** - Eu tinha a informação que ela ia ocorrer. Não estou aqui a ver alguém que me pudesse confirmar se aconteceu. Acho que não está aqui o Dr. David...

**Sr. Vereador Paulo Lopes** - A informação que eu tenho, efetivamente, é de que ocorreu uma reunião com pescadores hoje, entre a Presidente do Conselho de Administração da APSS e, portanto, esses pescadores. Agora, os resultados não faço ideia e face a essa reunião, acho que pode ser prematura, realmente, a discussão de uma moção que pode estar a discutir um vazio muito grande.

Portanto, se for no sentido de retirar, eu depois queria também falar um pouco sobre a questão, mas fora do contexto da moção.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** - Tal como eu próprio dizia, esta moção ia ao encontro daquilo que era uma posição mais recente, em que a APSS, em comunicado, sublinhou aquilo que eram conteúdos do impacto ambiental e a respetiva localização do aterro.

Se existe neste momento, essa conversa, creio que as partes têm que conversar e, neste caso, o apelo a qualquer tipo de intervenção, quer do município, quer do que qualquer outra entidade, não faz sentido até as partes acabarem a conversa e esperemos que seja a bom porto.

Nesse sentido Sra. Presidente, informo que faço a retirada da respetiva moção.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Eu propunha ou deixava à sua consideração o seguinte: Visto que existe alguma falta de informação por parte da APSS, sobre este assunto concreto, sobre a questão da deposição dos dragados - e aquilo que retenho da última intervenção que ouvi, como, aliás, a maior parte dos vereadores que estiveram presentes numa reunião pública que ocorreu, em que a Sra. Presidente disse, de forma muito taxativa e clara, que esta questão da deposição dos dragados era uma questão que ela acompanhava de perto -, propunha que a Sra. Presidente fizesse os contactos e as diligências para que houvesse uma reunião entre a Câmara - ou seja, os eleitos, os vereadores de todos os partidos, aqui da Câmara - e o Conselho de Administração, para explicarem qual é o procedimento, o que é que a APSS pensa fazer no futuro.

Portanto, era aquilo que deixava à sua consideração.

**Sra. Presidente** – Diz aqui o meu chefe de gabinete que houve reunião, que correu muito bem, portanto a resposta aos pescadores é que ali não há deposição. Quando foi feito aquele pedido das dragagens era o território todo, antes de ter havido as reuniões e o compromisso aos pescadores de que aquela zona não ia ser interferida. Portanto, não vai ser interferida.

Embora o estudo de impacto ambiental diga que pode interferir, a Sra. Presidente da APSS disse outra vez aos pescadores que só tem uma palavra: *“Ali não vai ser mexido”* e, portanto, foi a informação que tive.

Agora, eu não pude lá estar e não segui esta informação, porque eu e a Vereadora Carla Guerreiro tivemos, até há poucos minutos, uma reunião com o Sr. Secretário de Estado do Ambiente, a propósito dos lixos bio orgânicos. Portanto, houve aqui algumas incompatibilidades connosco e com a Amarsul, e esclarecermos isto hoje, com o Sr. Secretário de Estado. Ontem, foi pedida a reunião à tarde, e hoje, em menos de 24 horas, estávamos a ser recebidos, o que eu reputo e quero aqui registar de muito positivo, ao contrário de outras pessoas do mesmo Governo. Portanto, trata-se das pessoas.

Às vezes não é do Governo. No Governo anterior era a mesma coisa e eu não posso dizer que este ou aquele Governo têm algum problema connosco. Às vezes é das pessoas.

Portanto, de facto, à tarde estava a pedir uma reunião ao Sr. Secretário de Estado do Ambiente e hoje, às onze e meia, estava a ter a reunião em Lisboa e correu muito bem, muito positiva.

Também nos congratulamos com o resultado dessa reunião, no sentido de fazermos uma candidatura para aquisição de quatro viaturas de recolha e separação de lixos orgânicos, o que é extremamente positivo. Por isso, não pudemos acompanhar.

Diz-me agora o Dr. Álvaro que a reunião correu bem, a Dra. Lídia, a Presidente da APSS, tinha garantido: “Ali não há mexidas”, desde que os pescadores reivindicaram esta situação e bem. Eles é que andam lá todos os dias.

Portanto, não vai haver mexidas. Foi a garantia, hoje, que continuou a dar aos nossos pescadores e, portanto, as coisas devem-se manter calmas. Eu também acho, no seguimento do resultado dessa reunião, que não faz muito sentido esta moção.

## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 6.

### **Índice**

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
  - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
  - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
  - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 23 de janeiro de 2019.**
  - 2. Deliberação n.º 82/19 – Proposta n.º 08/2019 – DAF/DICONT – 3.ª alteração ao Orçamento da Despesa, 1.ª ao Plano de Atividades Municipais e 1.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.**
  - 3. Deliberação n.º 83/19 – Proposta n.º 09/2019 – DAF/DICONT/SERGEP – Cedência do direito de superfície, a constituir sobre uma parcela de terreno, sita em Praceta Florbela Espanca, à Fábrica da Igreja de São Paulo – Setúbal.**
  - 4. Deliberação n.º 84/19 – Proposta n.º 10/2019 – DAF/DICONT/SECONT – Constituição de Fundo de maneiço para a Feira de Sant’Iago 2019.**
  - 5. Deliberação n.º 85/19 – Proposta n.º 01/2019 – DCIRT/DITUR/GAFE – Edital sobre a Feira de Sant’Iago 2019.**
  - 6. Deliberação n.º 86/19 – Proposta n.º 04/2019 – DURB/DIPU – Prorrogação do prazo de vigência das Medidas Preventivas estabelecidas para a Frente Ribeirinha no âmbito da Revisão do Plano Diretor Municipal de Setúbal.**
  - 7. Deliberação n.º 87/19 – Proposta n.º 06/2019 – DRH/DIGAT – Abertura de procedimentos concursais para cargos de direção intermédia de 1.º, 2.º e 3.º grau e designação da composição dos respetivos júris de recrutamento.**
  - 8. Deliberação n.º 88/19 – Proposta n.º 04/2019 – DOM/DIHAB/SEGAH – Venda de habitação pública municipal – Bairro 2 de Abril – Largo Valentim Adolfo João, 2 – 1.º Dtº.**
  - 9. Deliberação n.º 89/19 – Proposta n.º 05/2019 – DOM/DIHAB/SEGAH – Venda de habitação pública municipal – Bairro 2 de Abril – Rua Dr. António Luís Pereira de Almeida, 4 – r/c C.**
  - 10. Deliberação n.º 90/19 – Proposta n.º 36/2019 – DCDJ/DISOC – Associação Centro Bem-Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal – apoio financeiro.**
  - 11. Deliberação n.º 91/19 – Proposta n.º 37/2019 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Oridanza – Cultura em Movimento e a Academia de Dança Contemporânea de Setúbal.**

12. *Deliberação n.º 92/19 – Proposta n.º 38/2019 – DCDJ/DICUL – Apoio ao CVA Coletivo de Valorização Artística, Associação.*
  13. *Deliberação n.º 93/19 – Proposta n.º 39/2019 – DCDJ/DICUL – Apoio ao 43.º Festival Nacional de Folclore de Praias do Sado – Setúbal.*
  14. *Deliberação n.º 94/19 – Proposta n.º 40/2019 – DCDJ/DICUL – Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais.*
  15. *Deliberação n.º 95/19 – Proposta n.º 41/2019 – DCDJ – Apoio financeiro à Associação Festival de Música de Setúbal (A7M) – projeto Ensemble Juvenil de Setúbal.*
  16. *Deliberação n.º 96/19 – Proposta n.º 08/2019 – DES/DIAPE – Apoio financeiro no âmbito da Ação Social Escolar (Refeições, Atividades de Animação e de Apoio à Família) no ano letivo 2018-2019.*
  17. *Deliberação n.º 97/19 – Proposta n.º 09/2019 – DES/DIAPE – Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas para aquisição de material de desgaste referente ao ano letivo 2018-2019.*
  18. *Deliberação n.º 98/19 – Proposta n.º 10/2019 – DES/DIAPE – Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas do concelho para despesas de funcionamento – Manutenção e reparação de equipamentos de cozinha, referente ao ano 2018/2019.*
  19. *Deliberação n.º 99/19 – Proposta n.º 11/2019 – DES/DIAPE – Parecer para regime de exceção dos horários duplos nas Escolas Básicas do 1.º Ciclo da Rede Pública do Concelho de Setúbal.*
  20. *Deliberação n.º 100/19 – Proposta n.º 12/2019 – DES/DIAPE – Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas para a realização de visitas de estudo referente ao ano 2018/2019.*
  21. *Deliberação n.º 101/19 – Proposta n.º 13/2018 – DES/DIGEPE – Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas para a participação na 9.ª edição do Festival de Música de Setúbal.*
  22. *Deliberação n.º 102/19 – Proposta n.º 01/2019 – GAV PSD – Protocolo com associações e cooperativas de pesca no Concelho de Setúbal.*
  23. *Deliberação n.º 103/19 – Proposta n.º 02/2019 – GAV PSD – Unidade de Saúde Móvel – Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra.*
- C) *Período destinado à intervenção do Público.*

#### **1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 23 de janeiro de 2019**

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta, sem o voto do Sr. Vereador Paulo Lopes, por não ter estado presente nesta reunião.

#### **2. Deliberação n.º 82/19 – Proposta n.º 08/2019 – DAF/DICONT – 3.ª alteração ao Orçamento da Despesa, 1.ª ao Plano de Atividades Municipais e 1.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 7 a 12, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 6 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU, 1 voto contra do Sr. Vereador do PSD e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.



3. **Deliberação n.º 83/19 – Proposta n.º 09/2019 – DAF/DICONT/SERGEP – Cedência do direito de superfície, a constituir sobre uma parcela de terreno, sita em Praceta Florbela Espanca, à Fábrica da Igreja de São Paulo – Setúbal**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 13 a 15, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

4. **Deliberação n.º 84/19 – Proposta n.º 10/2019 – DAF/DICONT/SECONT – Constituição de Fundo de maneió para a Feira de Sant'Iago 2019**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 16, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

5. **Deliberação n.º 85/19 – Proposta n.º 01/2019 – DCIRT/DITUR/GAFE – Edital sobre a Feira de Sant'Iago 2019**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 17 e 18, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 8 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 abstenção do Sr. Vereadores do PSD.

6. **Deliberação n.º 86/19 – Proposta n.º 04/2019 – DURB/DIPU – Prorrogação do prazo de vigência das Medidas Preventivas estabelecidas para a Frente Ribeirinha no âmbito da Revisão do Plano Diretor Municipal de Setúbal**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 19 a 21, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

7. **Deliberação n.º 58/19 – Proposta n.º 05/2019 – DRH/DIGAT – Descrição dos conteúdos funcionais dos postos de trabalho constantes do Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2019**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 22, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

8. **Deliberação n.º 88/19 – Proposta n.º 04/2019 – DOM/DIHAB/SEGAH – Venda de habitação pública municipal – Bairro 2 de Abril – Largo Valentim Adolfo João, 2 – 1.º Dtº**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 23 e 24.



**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Vou colocar esta questão pela pertinência do tema e não, especificamente, sobre esta proposta em particular, sobre a outra a seguir ou sobre as outras que a antecederam, porque isto é um tipo de proposta muito comum no Município de Setúbal. Mas creio que é pertinente, até face a uma notícia que aí ocorreu, que fazia referência à falta de habitação social. Fazia referência a 600 casas. Acho que é importante perceber. Eu sei que estes procedimentos sempre vieram cá, há anos que vêm, mas também é um bocado importante percebermos a metodologia que leva à venda destas casas, porque a habitação social, a primeira necessidade é social, não é?

E, portanto, era importante perceber a metodologia que nos leva a isto, ou não, até para não haver uma mensagem contraditória, mais no intuito de esclarecimento do que propriamente o contrário.

Se fosse possível, perceber se esta linha é para continuar, vender casa ou não, face ao parque, se uma coisa não tem a ver com outra, porventura.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Vamos lá a ver, desde sempre que os munícipes inquilinos podem comprar as casas que lhes estão arrendadas. Esses e só esses. Isto é, a Câmara não vende casas a qualquer munícipe, vende ao inquilino que vive na própria casa. Isso é uma deliberação que já tem muitos anos e que é igual no país inteiro.

A venda das casas não é, propriamente, um fator de grande encaixe financeiro, porque as casas são extremamente baratas. Não é essa a questão. Tem que ver com a estabilidade de algumas pessoas, que entendem que têm condições para adquirir a sua casa e poderem, depois, transmitir à família, etc.

Neste momento, a lei introduziu uma regra nova, que nós em Setúbal já praticávamos, que é a obrigação de transmitir a habitação arrendada a qualquer membro do agregado familiar que necessite da habitação, que esteja dentro da alçada dos critérios da habitação apoiada. Isto quer dizer uma coisa muito simples, quer dizer que em boa verdade, uma família que hoje recebe uma habitação pode ficar com ela 100 anos ou até toda a vida útil da habitação.

Portanto, há uma alteração do paradigma da relação das pessoas com a habitação, que tem aspetos positivos e negativos. Um aspeto negativo é que a venda da casa retira uma casa que a Câmara pode eventualmente atribuir, sendo que o mais certo é não atribuir a mais ninguém que não àquela família. Isto em primeiro lugar.

Em segundo lugar, estabelece uma relação muito mais consistente e de compromisso e de responsabilidade das pessoas com a sua casa.

Por outro lado, a venda de algumas casas, nalguns dos prédios, permite criar condomínios. Para ter uma ideia, nós temos 13 bairros e, no caso dos bairros do território da Bela Vista, tínhamos 3 ou 4 condomínios. Temos 55 condomínios e, num dos bairros que foi reabilitado há mais de uma década, o Bairro 25 de Abril, temos 20 prédios e 20 condomínios, o que quer dizer que a responsabilidade da gestão do parque habitacional foi transferida para os condóminos. A Câmara tem, nesses prédios, alguns inquilinos e assume a sua responsabilidade enquanto condómina, com as suas parcelas.

Portanto, isso cria uma relação muito forte dos moradores com as habitações, por um lado. Por outro lado, alivia o município de uma carga tremenda de reabilitação e mantém uma importante bolsa de habitações disponíveis para uma certa circulação habitacional.

Mas, sobre isso, queria dizer também que, em relação à situação habitacional e à mobilidade habitacional, nós há 10 anos aproximadamente, tínhamos entre 150 a 200 casas que circulavam. Nos últimos anos, temos tido cerca de 50 casas que circulam. Isto quer dizer que há pessoas que saem e alojam-se outras pessoas.

No ano passado, em 2018, tivemos 31 casas. Isso quer dizer que as pessoas estão a sair cada vez menos das casas de habitação pública, porque a vida não está a melhorar para elas ou porque as casas estão mais requalificadas e não querem mesmo sair e sentem-se bem e estão dentro dos parâmetros económicos dessas casas. O que está a acontecer mesmo é o regresso de familiares que saíram, filhos que saíram e que estão a regressar, por dificuldades económicas.

4

Portanto, não há nenhuma orientação de: “Venda-se casas”. Há uma resposta às pessoas que solicitam essa possibilidade. Até agora, não temos levantado obstáculos e não temos tido nenhuma desvantagem desse facto, que tenhamos identificado.

O problema da habitação não é o problema das casas que temos, é o problema das casas que não existem.

Como os senhores sabem, nós publicámos recentemente uma lista ordenada de 630 e tal pedidos de habitação. Entretanto, já chegaram mais 180. Estão a chegar mais pedidos de habitação, não estão a ser feitas casas e não temos resposta para estas pessoas.

O que está aqui em causa é a política de habitação do Estado Português, a nova geração de políticas de habitação, que são um “bluff” absoluto, designadamente nesta matéria da renda apoiada, em que, “espremendo” bem vários documentos com vários nomes bonitos, com várias sugestões interessantes e por aí fora, com um discurso muito inclusivo, o que sobra é que a Câmara pode construir, pode reabilitar, pode comprar, pode alugar e depois subalugar ou alugar, nessas vertentes todas, com uma característica interessante: É que a Câmara não só avalia a situação das famílias, identifica as prioridades, estabelece as regras e depois, endivida-se para comprar, construir, alugar para subalugar, etc, visto que o Estado não dá um cêntimo.

O que se passa é que o Estado passou, uma transferência não assumida da responsabilidade do Estado com a habitação, para as autarquias. O que é que está a acontecer? Talvez só Lisboa consiga responder a isto, nem o Porto responde a isto. Mais nenhum município responde a isto. O que está em causa aqui, é o direito à habitação através de uma errada política demagógica do Governo do PS, neste momento, que fez mesmo com que o rosto mais visível de todo o pensamento de habitação do Partido Socialista, que foi Helena Roseta, que deu a cara por esta política, se tenha dissociado desta política em todos os seus aspetos e tenha assumido uma posição muito crítica em relação a esta política.

Porquê? Porque é uma linha de trabalho de saída de projetos-lei sucessivos que não dão casas. Não aparecem casas e, sem casas, não há habitação. Portanto, é esse o problema que temos.

Portanto, a dimensão do problema que temos aqui, em Setúbal, é um problema que não é daquilo que é obrigação da Câmara, gerir bem o seu parque habitacional. É o problema de uma política nacional que não responde e deveria responder, de acordo com a Constituição e a lei, às necessidades de habitação dos portugueses, de uma forma equitativa, no país inteiro e não ao sabor das capacidades financeiras dos vários municípios.

**Sra. Presidente** - Está esclarecido, mas já agora, só a título de informação, queria dizer que os bairros de habitação pública de iniciativa municipal, mais de 60 por cento já são propriedade privada, sendo que o Bairro da Bela Vista é o que vai à frente em aquisições. Antes de nós aqui chegarmos já havia muita gente que tinha comprado e, se alguém continua ainda a comprar, continua a ser no Bairro da Bela Vista, que é o caso, que continua a ir à frente nas compras.

O Bairro Afonso Costa não podia, porque ainda não tinha acabado o prazo, relativamente ao pagamento ao IHRU. Já está, já acabou o prazo e, portanto, já está livre a venda. As pessoas já vão perguntando como é que é, até porque as rendas dispararam muito no Bairro Afonso Costa e já compensa as pessoas comprarem a sua habitação, até porque há pessoas que já disparou, porque têm rendimentos para 200 euros e isso e mesmo com aqueles rendimentos, se pedirem um empréstimo, fica por cento e tal, 200 euros e há pessoas já a ponderarem isso. Portanto, não conseguem arrendar uma casa cá fora por cento e tal, 200 euros, e mantêm-se ali.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**Sra. Presidente** - O Governo está a preparar também, legislação e abertura de candidaturas, para começar a construção que já está atrasada, em todos os municípios que têm, de facto, este problema. Esteve parado durante muitos anos. Não houve PER'S, não houve nada. Os últimos foram no Governo do Professor Cavaco Silva e nunca mais houve abertura de nenhum concurso. Portanto, este Governo está a preparar também, abrir editais para começarmos a construir novas habitações.

**9. Deliberação n.º 89/19 – Proposta n.º 05/2019 – DOM/DIHAB/SEGAH – Venda de habitação pública municipal – Bairro 2 de Abril – Rua Dr. António Luís Pereira de Almeida, 4 – r/c C**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.º 25 e 26, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação secreta, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**10. Deliberação n.º 90/19 – Proposta n.º 36/2019 – DCDJ/DISOC – Associação Centro Bem-Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal – apoio financeiro**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 27, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**11. Deliberação n.º 91/19 – Proposta n.º 37/2019 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Oridanza – Cultura em Movimento e a Academia de Dança Contemporânea de Setúbal**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 28 a 30, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**12. Deliberação n.º 92/19 – Proposta n.º 38/2019 – DCDJ/DICUL – Apoio ao CVA Coletivo de Valorização Artística, Associação**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 31, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**13. Deliberação n.º 93/19 – Proposta n.º 39/2019 – DCDJ/DICUL – Apoio ao 43.º Festival Nacional de Folclore de Praias do Sado – Setúbal**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 32, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.



4

**14. Deliberação n.º 94/19 – Proposta n.º 40/2019 – DCDJ/DICUL – Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 33, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**15. Deliberação n.º 95/19 – Proposta n.º 41/2019 – DCDJ – Apoio financeiro à Associação Festival de Música de Setúbal (A7M) – projeto Ensemble Juvenil de Setúbal**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 34, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**16. Deliberação n.º 96/19 – Proposta n.º 08/2019 – DES/DIAPE – Apoio financeiro no âmbito da Ação Social Escolar (Refeições, Atividades de Animação e de Apoio à Família) no ano letivo 2018-2019**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Ricardo Oliveira, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 35 e 36, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**17. Deliberação n.º 97/19 – Proposta n.º 09/2019 – DES/DIAPE – Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas para aquisição de material de desgaste referente ao ano letivo 2018-2019**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Ricardo Oliveira, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 37, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**18. Deliberação n.º 98/19 – Proposta n.º 10/2019 – DES/DIAPE – Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas do concelho para despesas de funcionamento – Manutenção e reparação de equipamentos de cozinha, referente ao ano 2018/2019**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Ricardo Oliveira, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 38, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

4

**19. Deliberação n.º 99/19 – Proposta n.º 11/2019 – DES/DIAPE – Parecer para regime de exceção dos horários duplos nas Escolas Básicas do 1.º Ciclo da Rede Pública do Concelho de Setúbal**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Ricardo Oliveira, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 39 e 40, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**20. Deliberação n.º 100/19 – Proposta n.º 12/2019 – DES/DIAPE – Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas para a realização de visitas de estudo referente ao ano 2018/2019**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Ricardo Oliveira, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 41, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**21. Deliberação n.º 101/19 – Proposta n.º 13/2018 – DES/DIGEPE – Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas para a participação na 9.ª edição do Festival de Música de Setúbal**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Ricardo Oliveira, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 42, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

Nesta altura da reunião, passou a fazer parte dos trabalhos, o Sr. Vereador Fernando Paulino.

**22. Deliberação n.º 102/19 – Proposta n.º 01/2019 – GAV PSD – Protocolo com associações e cooperativas de pesca no Concelho de Setúbal**

O Sr. Vereador Nuno Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 43.

**Sra. Vereadora Eugénia Silveira** – A Câmara Municipal de Setúbal já desenvolve, nas dimensões que refere e em muitas outras áreas, um trabalho conjunto com as organizações representativas do setor das pescas, nomeadamente:

Reunimos regularmente com as organizações da pesca e conhecemos as infraestruturas existentes de suporte ao setor;

Discutimos e acompanhamos com as organizações da pesca do cerco a evolução da biomassa das espécies e as quotas associadas;

Estamos empenhados no reordenamento e na melhoria das condições para a produção de ostra no estuário;

Estimulámos a produção de conserva de Setúbal e associámos-lhe a imagem da Cidade e da Baía;

Somos parceiros na realização de campanhas de promoção do pescado local, designadamente do que tem menor valor comercial, e na promoção da gastronomia ligada ao rio e ao mar;

Somos parceiros essenciais para a manutenção e recuperação das tradições marítimas, nomeadamente dos Círios;

Realizamos a Semana do Mar e do Pescador, na valorização das tradições marítimas e da gastronomia associadas;

Estimulamos o investimento e a viabilidade económica do setor e promovemos boas práticas ambientais e o consumo sustentável;

A Câmara Municipal conhece bem a realidade deste setor económico e é um parceiro atento e ativo no que respeita à pesca, mantendo com as organizações associativas e cooperativas uma consolidada relação de cooperação e de parceria.

Em 2015 celebrámos protocolos de colaboração com a Associação de Pesca Artesanal, Setúbal Pesca e com a Associação da Família do Mar.

Mantemos também estreita e regular relação com a SESIBAL e com a Bivalmar, as duas cooperativas de pesca existentes no nosso território.

A título de exemplo desta cooperação permanente, amanhã iremos acolher um encontro com diversas entidades públicas e organizações privadas do setor da pesca para promover o processo de classificação de Indicação Geográfica Protegida do Carapau Manteiga e da Cavala, ambas da nossa costa, e que são espécies únicas e de excepcional qualidade.

Sr. Vereador, registamos com surpresa, mas muito agrado, esta sua recente preocupação com a pesca.

A pesca precisa de trabalho em parceria e não de mais um protocolo, que nada viria acrescentar ao trabalho que já efetuamos.

E é esse trabalho em parceria, que a Câmara Municipal de Setúbal vai continuar a realizar, não apenas nas dimensões que referiu, mas em todas as áreas mencionadas.

**Sra. Vereadora Carla Guerreiro** - Só queria dizer que estou inteiramente de acordo com a Sra. Vereadora Eugénia, porque realmente, este trabalho que tem vindo a ser feito de há muitos anos para trás tem sido muito importante para os pescadores.

Nós temos-os acompanhado em muitas das reivindicações e, inclusivamente, a Sra. Presidente da Câmara participou em diversas iniciativas que, na altura, tiveram a ver com as questões relacionadas com o POPNA e em todas essas ocasiões nunca se viu ninguém do PSD preocupado com estas questões. Se calhar, é melhor mais tarde do que nunca, não é?

Porque, quando há mais de 30 anos atrás, foram feitos os planos de abate da frota em várias cidades piscatórias deste país, promovidas exatamente pela União Europeia e com o apoio do PSD, quando nessa altura, a comunidade piscatória era muito maior em Setúbal, não houve essa preocupação.

Aliás, as questões que têm a ver com a pesca em Setúbal, que são muito mais profundas do que a assinatura de protocolos, prendem-se com a questão da gasolina, que já foi resolvida, no ano passado, em relação ao Orçamento de Estado, mas que demorou anos a ser tratada. Tem a ver com as intervenções militares que a NATO faz na nossa costa e que não permitem que a pesca de cerco, durante 90 dias, se possa realizar e as famílias, durante esses 90 dias, também necessitam de ter o seu sustento. Todas estas reivindicações já são conhecidas de há muitos a esta parte, nomeadamente através das organizações e das cooperativas da pesca.

Portanto, acho que, muitas vezes, tentamos avocar para nós coisas que já há anos estão a ser trabalhadas. Não foram por mim, não fui eu que as comecei tão pouco, mas parece que até há um apagar daquilo tudo que foi feito, nomeadamente pelos próprios pescadores e pelas suas organizações, porque eles é que têm lutado bastante por todas estas questões que estão aqui a ser tratadas.

São essas questões a nível nacional que mais os preocupam e que mais têm enfraquecido a sua posição. Ao nível local, eles sabem que tudo temos feito com eles e para eles, no sentido de podermos divulgar aquilo que de melhor fazem.

Já disse aqui muitas vezes, na reunião da Câmara, e volto a repetir: na nossa cidade, não há turismo sem pesca. A pesca é o motor do turismo na nossa cidade, é aquilo que faz com que a experiência seja real, com que as pessoas queiram vir cá aos nossos restaurantes e conhecer aquilo que se faz na nossa cidade.

Portanto, peço desculpa, mas acho que a proposta do vereador, é um bocadinho “*chover no molhado*”.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Bom, “*chover no molhado*” ou não, eu vou começar por uma forma mais correta na abordagem dos comentários dos vereadores a esta proposta, aos quais, desde já, agradeço a atenção na leitura que tiveram e na análise que fizeram.

Aprovar ou não esta proposta, é importante que se diga, não é nem a minha vontade, nem acho que ninguém podia fazer um entendimento de qualquer um de nós, ser contra ou a favor da pesca. Seria absolutamente ridículo pensar isso. Tão ridículo que ela própria reconhece que há um trabalho feito da parte do Município e, porque há um trabalho feito, é uma metodologia de organização do trabalho.

Por isso, se acha que é “*chover no molhado*” propor uma forma de organizar o trabalho feito, então compre um guarda-chuva, porque esse problema é seu, não é meu. E quanto a isso, Sra. Vereadora, eu acho que devemos adequar os termos.

Em segundo lugar, é evidente que é importantíssimo continuar a olhar para o setor da pesca para lá das competências do Município de Setúbal e é lá que residem a maior parte dos problemas. É evidente que o setor da pesca tem sofrido ataques - a palavra é mesmo essa, ataques – que têm a ver com os direitos dos próprios trabalhadores, a forma como são pagos, ataques, inclusive, à sua própria área de exploração e, como diz e bem, há limitação, não só das operações militares da NATO, que decorrem durante 90 dias, mas depois, tem limitações de diversa ordem, desde o Parque Marítimo, onde não podem pescar, e aliás é a razão pela qual esta discussão à volta do aterro é tão importante, é porque é o único sítio onde eles podem pescar, tudo o resto não conseguem. Isso são situações que extrapolam em muito a competência do Município, como é evidente. Não se pretende que, num protocolo, se resolva essas situações, nem ele ambiciona fazer isso.

Agora, organizar o trabalho que tem vindo a fazer, como por exemplo, a questão do carapau manteiga, que pode vir a ser, autenticamente, a posta barrosã do concelho de Setúbal. Pode vir a ser e é um trabalho importantíssimo, que vai ser discutido e que se vai iniciar amanhã, falar da Confraria do Peixe, por exemplo, que foi criada já uns bons anos atrás, ainda, obviamente, no executivo da CDU, no primeiro executivo da CDU, se não estou em erro, e que, infelizmente, não teve sucesso, mas que é uma associação que está criada e que podia ter bastante sucesso, falar, por exemplo, na Casa do Pescador, que pode e deve ser revitalizada, que é um trabalho que eu estou certo que este Município tem preocupação, quer continuar a fazer.

É o tipo de situações que nós não devemos falar aqui, numa reunião da Câmara, porque dá a entender uma coisa que não é verdade, porque este Município preocupa-se com a pesca. Da mesma forma que, se alguém me perguntasse sobre o setor vinícola, por exemplo, toda a gente diria que se preocupa e quer fazê-lo.

Mas o setor da pesca funciona de uma forma diferente. É uma exceção à lei, face a todos os outros setores, nos direitos que os próprios trabalhadores têm, na forma como eles fazem a exploração, na forma como pagam impostos, na forma como recebem o seu dinheiro e na forma como se organizam, porque são associações e cooperativas, ao contrário de outras indústrias, que, por exemplo, como já aqui falei, do caso do vinho, que traz muito bom nome à nossa região, mas que efetivamente, tem outro tipo de pujança e outro tipo de organização e que, seguramente, merece um tratamento diferente daquele que é o da pesca.

E, por haver um tratamento diferente, eu creio que seria importante que este Município olhasse com atenção esta forma congregadora de combinar as diferentes iniciativas.

Na sua rejeição, não vejo nada de grave. Agora, também não veja nada de inócuo nesta proposta, porque ela teve o mérito de se poder, novamente, falar aqui hoje da pesca, de se poder falar das iniciativas que são feitas, de se poder reforçar as mesmas e de manter o tema aceso entre as diferentes forças políticas.

Se não concorda com a forma de organização, isso é de respeitar, como é evidente. Agora, em nada acho que divergimos, naquilo que é o apoio necessário a este setor. Isso é que é de salientar.

Penso que também não é preciso andar aqui a alargar-me demasiado sobre esta matéria e, se não houver também mais nenhuma intervenção sobre a mesma, por aqui me fico.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Queria só saudar o facto de o Sr. Vereador Nuno Carvalho ter estudado atentamente esta matéria e ter chegado à análise destas matérias, mas queria dizer-lhe que há muitos anos, como aqui foi dito, se está a trabalhar e a analisar e a acompanhar essas matérias.

Não acompanho a sua reflexão em relação ao facto de dizer que é preciso organizar o trabalho que é feito. O trabalho que é feito é extremamente organizado, funciona. Pode ser aprofundado, melhorado, é sempre possível, mas não se trata de organizar um trabalho que é feito, porque existe e está organizado.

Tem um outro aspeto que queria referir, a sua proposta, que é o facto de elogiar o trabalho da Câmara, o que é bom, porque o que diz, no fundo, é que o trabalho da Câmara é bom e tratava-se, na sua perspetiva, de fazer um “upgrade” desse trabalho. Portanto, a proposta não resolve o problema desse “upgrade”, visto que esse “upgrade” depende, também, de um outro aspeto, na medida em que a proposta que aqui vem intervém de uma forma muito decisiva nas questões económicas dos pescadores e isso, atenção, é uma questão que a eles diz respeito e que é necessário que sejam eles a colocar-nos esse problema nesses termos e não a Câmara a imiscuir-se na vida económica deles próprios. Uma coisa é articular ações e articular trabalhos com os pescadores, outra coisa é substituímo-nos aos pescadores na dinâmica económica do seu próprio trabalho.

Portanto, há aqui uma proposta que eu acho que vai um bocado além daquilo que é o dever da Câmara para não cair numa atitude de se imiscuir na vida própria e na dinâmica económica própria dos pescadores.

Eu creio que o trabalho que nós temos em curso está a decorrer bem. Penso que algumas das sugestões que fez podem ser integradas no trabalho. Agora, não vejo justificação para a manutenção dessa proposta, nem para a sua aprovação, visto que ela, de facto, não acrescenta nada àquilo que já se faz hoje e àquilo que se pode continuar a fazer e aprofundar.

**Sr. Vereador Pedro Pina** - Não tenho muito mais a acrescentar àquilo que foram as intervenções da Sra. Vereadora Eugénia, da Sra. Vereadora Carla Guerreiro e do Sr. Vereador Carlos Rabaçal. Contudo, gostava de dar apenas dois apontamentos.

Um primeiro, perdoar-me-á o Sr. Vereador Nuno Carvalho, mas confesso que o seu discurso é um discurso que, considerando a sua família política, acarreta um conjunto de dificuldades de compreensão.

É legítimo e tem todo o direito de pensar de forma diferente. É bom que o faça e congratulo-me por, enquanto um jovem eleito pelo Partido Social Democrata, hoje, em 2019, tenha, de facto, este pensamento e que tenha esta postura na cidade de Setúbal. Quero-me congratular que o faça.

Mas o senhor vereador há-de convir que é difícil, considerando aquilo que foi, ao longo dos anos, o posicionamento do seu partido sobre esta matéria, que sintamos agora conforto com o discurso que, em muito daquilo que nos diz, não corresponde àquilo que tem sido o posicionamento e àquilo que foram os principais responsáveis pelo estado de degradação e da situação em que muitos trabalhadores, como aqui refere, se encontram hoje e com muitos dos problemas com que muitos dos trabalhadores e das empresas ligadas ao setor da pesca se confrontam hoje.

Portanto, senhor vereador, é bom que pense dessa maneira. Bem-vindo a este posicionamento de preocupação com os trabalhadores, com os pescadores, com as empresas ligadas ao setor da pesca, mas é uma “roupa” que, provavelmente, precisa de ajuste de um bom alfaiate, para que assente bem num corpo onde, durante muitos anos, não era esta a roupa que vestia.

Depois, do ponto de vista metodológico, vale a pena então, ser rigoroso, porque se quer falar em metodologia, então se calhar, os pontos com que ordena aqui a componente propositiva da proposta, se calhar está errada, porque a primeira pergunta – e, se calhar, pode estar aqui a cometer algum lapso - é se perguntou às respetivas associações se elas querem este protocolo.

Querem? Pronto. É que não vem aqui referido absolutamente nada sobre isso e, se calhar, valeria a pena então dizer que, depois de ter auscultado as diferentes entidades e partes interessadas neste protocolo – que, calculo então, o deve ter feito -, mas não há nenhuma referência. Mas, deveria ser, do ponto de vista metodológico, deveria ser o primeiro ponto, era perguntar, às mesmas associações e cooperativas, quais os contributos e não elaborar o respetivo protocolo antes de perguntar e, se calhar, então promover esse mesmo momento. Portanto, do ponto de vista metodológico, se calhar, valeria a pena também, nessa medida, quando falamos em metodologia de trabalho, ver quando formulamos a própria proposta.

Mas, não querendo aqui antecipar a sua resposta, ela não tem aqui nenhuma referência e será, então, curioso de o ouvir se consultou todas essas associações e se, tendo-as consultado, qual é que foi a opinião que elas deram, porque, nesta mesma proposta, não se vê qualquer referência a esse procedimento.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** - O Sr. Vereador Nuno Carvalho, no seu estilo muito próprio, simpático, procura trazer para aqui, para esta Câmara Municipal, uma ideia de uma grande intervenção, uma forte ligação e ativismo do seu partido, do PSD, num conjunto de áreas que, pasme-se, apresenta no mínimo um conjunto de contradições com tudo aquilo que é a intervenção, que é conhecida, pelo menos, e os posicionamentos e os contributos que esse partido tem dado num conjunto de matérias, não só no nosso Município, mas também em todo o país.

E procura fazê-lo, procurando transmitir uma ideia que a Câmara Municipal está fechada nos Paços do Concelho ou nas várias instalações dos serviços da Câmara Municipal e que não tem qualquer ligação ou articulação com aquilo que são as populações, com aquilo que é o conjunto de associações, cooperativas e outras entidades das diferentes áreas, do mundo da pesca, inclusive.

Procura naturalmente, fazer uma coisa, que é tentar criar uma contradição na imagem profunda que a Câmara Municipal de Setúbal tem e que este executivo tem, de município participado, de município participado que passou a ser participado desde que a CDU assumiu essas responsabilidades, e procura criar, um contra ideia.

Não é por acaso que o discurso que tem aqui dentro é muito diferente do discurso, depois, como as mesmas propostas são apresentadas fora daqui, destas reuniões da Câmara.

E, não repetindo aquilo que os meus camaradas vereadores já referiram, que relevam, por um lado, a profunda organização e estruturação do trabalho que a Câmara Municipal e que as restantes autarquias e eu destacava, nomeadamente, a União de Freguesias de Setúbal e a Freguesia de São Sebastião, também desenvolvem, num conjunto de atividades com as associações ligadas, direta ou indiretamente, ao mundo da pesca. Não foi por acaso que foi retirada aquela moção no início desta reunião, sem ter que fazer publicidade nas redes sociais ou noutros espaços. Não foi por acaso que se criaram as condições para o mesmo acontecer.

Faria então, uma sugestão ao Sr. Vereador Nuno Carvalho, é que utilizasse a sua influência política, a sua influência das responsabilidades que tem enquanto autarca, a sua influência que tem enquanto dirigente local – não sei se é nacional, sinceramente - do Partido Social Democrata, que utilizasse essa influência para que aqueles apoios que, de facto, ultrapassam as competências da Câmara Municipal de Setúbal ou de qualquer câmara municipal e que,

como aqui referiu, são fundamentais, nomeadamente para a comunidade piscatória e para a atividade da pesca, que utilizasse essas influências para, junto do seu partido, tanto na Assembleia da República ou quando o seu partido teve responsabilidades governativas, para, de facto apoiar todas aquelas propostas que certos partidos, e, nomeadamente, os partidos que compõem a CDU, têm apresentado, nomeadamente relativamente à proteção social e segurança social dos pescadores.

Nomeadamente, relativamente à proteção social e à segurança social dos pescadores, relativamente à fiscalidade. E, já agora, recordo que foi num Governo do PSD que a caldeirada passou a ser tributada em sede de IRS. [A caldeirada que não é a caldeirada da refeição. Não é a refeição. Ou, então, nos apoios ao gasóleo ou à gasolina que apenas tendo em conta a atual correlação de forças e a atual solução política que foi conseguida encontrar, depois de derrotada a coligação do PSD com o CDS, nas últimas eleições legislativas, foi possível criar. Pela primeira vez, tem-se esses apoios, os pescadores têm esses apoios, nomeadamente o da gasolina, que é fundamental para as embarcações da pesca costeira.

E por isso, é neste sentido que há outras questões, nomeadamente ligadas à segurança dos pescadores, ao seu rendimento, que já aqui referiu e bem, relativamente a um conjunto de outros aspetos que ainda é preciso trabalhar e que é preciso ir mais longe no apoio à atividade piscatória e a tudo o que lhe está associado e que usasse, de facto, essa influência e que desse esse contributo, que é muito bem-vindo.

Penso que os pescadores, as associações de pescadores e as cooperativas de pescadores e as associações de armadores também agradecerão, exatamente, essa influência.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Agradecer as palavras, algumas até simpáticas, que me dirigiram, procurando ser o mais sintético e incisivo, para responder às questões que foram colocadas.

Naturalmente, não tenho nenhum alfaiate, mas gostaria de ter. Talvez um dia tenha, Sr. Vereador Pedro Pina, mas percebo a questão que está a colocar e percebo a forma como a coloca.

Sobre o meu posicionamento político no PSD, os primeiros a pressionarem-me aqui, à esquerda, foram os senhores. Eu não estou ali, daquele lado. Deveria estar do lado da Sra. Presidente, até. Se calhar, isso pode ter alguma influência.

Mas, em jeito de piada, permita-me que lhe diga que o PSD é um partido bastante lato nos termos em que aborda e nenhum tema lhe está vetado. E portanto, como é evidente, é natural que eu aborde os temas e que fale sobre eles e cada autarca do PSD, em função daquilo que é a sua terra, aborda os temas que são mais importantes. A pesca é fundamental em Setúbal, é importante, é natural que o PSD e os autarcas a abordem. Não há muito mais a dizer à volta disso. A questão que nos traz aqui não são as minhas posições sobre isto.

Agora, aquilo que foram as posições do PSD ou de governos, do PSD ou do PS, ou o atual Governo do PS, que não se sabe muito bem se é do PS ou PS com a CDU ou com o Bloco de Esquerda, mas, seja aquilo que for e seja que geringonça for, muito falta todos os Governos fazerem pela pesca. Mas, também não é isso que está aqui em discussão, porque essa é uma discussão que ultrapassa.

Mas, ainda bem que fala nessa matéria, porque não era o meu propósito estar aqui a falar sobre isso, mas nas reuniões que tive com a Sesibal, com a SetúbalPesca e com a Bivalmar, em que levei o Deputado do PSD que está na Comissão da Defesa, para falar sobre as operações militares, chamei a atenção. (Foi o Deputado Bruno Vitorino). Depois, hei-de vir cá, outra vez, com o Deputado Pedro do Ó, para tratar de outras matérias e poder chamar a atenção sobre as pescas. É a magistratura de influência, a esta pequeníssima escala que tenho, de que o Vereador Ricardo Oliveira falava, que é importante ter e eu tento fazê-la, mas, também não é isso que está aqui em discussão, porque esse é um trabalho que eu devo fazer enquanto dirigente do PSD e não é isso que está aqui a ser avaliado, nem é o trabalho do Município de Setúbal, relativamente à pesca, que está a ser avaliado.

E, digo-vos mais: Não me levem a mal, mas defenderam-no mal, porque dou-vos outro exemplo: E o Mercado do Livramento? Não sabem em quanto isso ajuda a pesca? E o

4

Mercado da Lota? Não sabem em quanto isso ajuda a pesca? Fica-vos mal tentar defender uma coisa que não estou a atacar. Fica-vos mal.

Agora, percebo que digam que esta proposta é insuficiente. Não gostamos da forma como ela procura organizar. Isso, tudo bem. Ai, estamos a discutir o que esta proposta propõe. E aí, o Vereador Carlos Rabaçal foi mais incisivo, debruçou-se sobre a proposta e sobre a sua falta de mérito ou sobre o seu mérito. E se efetivamente, acreditam que esta não é metodologia que é necessária para continuar a apoiar a pesca em Setúbal, então não é, mas vamo-nos cingir à proposta, porque creio que todos os outros temas só vão fazer uma coisa, vão gerar caldeirada, Sr. Vereador Ricardo Oliveira. Esses, sim, vão gerar caldeirada e confusão que não se quer.

Esta proposta ou a discussão da pesca, da forma como eu quis introduzir, não é para dizer que A, B, C ou D está contra ou faz mais ou faz menos. É para, precisamente, ter o efeito contrário e repensar uma forma de continuar a apoiar um setor que é fundamental no Município de Setúbal e que sempre foi apoiado.

Nesse sentido – e não me levem a mal se falhei alguma questão que me tenham colocado –, creio que se percebeu o que é que está aqui em causa, a matéria que está a ser discutida. É uma metodologia. Se consideram que não é necessário, eu compreendo e estou certo que não é isto também que vai prejudicar o trabalho do Município de Setúbal, no futuro, sobre este setor.

Mais considerações sobre o PSD estou totalmente disponível para tê-las, mas creio que não vão ajudar em nada esta temática em concreto.

**Sra. Presidente** - Esta proposta tem mérito. Tem muito mérito, que é o mérito de não esquecermos, é o mérito da memória. É preciso que estas coisas aconteçam para que haja memória, para as pessoas se lembrarem. Isso é bom, na medida em que o Sr. Vereador, com a sua juventude, a sua jovialidade, o seu ar de graça, também dá algo. Já viu? As propostas eram quase todas: *“Quem vota contra? Quem se abstém?...”*

Portanto, isto dá uma certa graça e também trazemos cá para fora, com educação e com elevação, as nossas diferenças, porque nós não somos todos iguais, senão estávamos todos do mesmo lado, no mesmo partido e não estamos. Ali está um partido, aqui está outro e aí está outro. Na Assembleia Municipal ainda há mais. Portanto, é assim, é a democracia.

Acho que estas propostas têm esse mérito, essa riqueza, de darmos algum colorido e alguma vivacidade ao nosso debate democrático. Portanto, dentro desse mérito da memória e porque estamos aqui a fazer política e porque estamos num calendário algo de eleitoral, estamos à beira das eleições europeias e, como disse, e bem, vieram aqui os seus deputados do PSD, da Assembleia da República falar com os pescadores, porque estamos em eleições europeias e portanto, estamos a fazer agenda política.

O senhor vereador faz a sua agenda político-partidária. A gente não tem nada a ver com isso, quando diz, no jornal *“O Setubalense”* o que vai fazer, o que tem a fazer, até para captar público para as reuniões da Câmara. Também acho interessante, também é bom que as pessoas venham cá.

Agora, em relação aqui, estamos a falar de política, mas eu queria lembrar as pessoas, no âmbito da memória, de que estávamos cá nós, além de tudo aquilo que os senhores vereadores já disseram, além da proposta que aqui veio, como se fosse uma proposta de gente que não teve nada a ver com o passado, que não fez mal aos pescadores, percebe? É uma proposta inócua: *“Nós estamos aqui, agora, lembrámo-nos dos pescadores além daquilo que o Município tem feito”* e disse aí algumas coisas que, de facto, até já deviam estar a ser reavivadas, como é a questão da Confraria. Mas, às vezes, põem-se problemas de personalidades e a Confraria ainda não foi para a frente porque há várias personalidades, mas foi bom lembrar isso. A Confraria foi constituída no ano 2003/2004, no nosso primeiro mandato e, de facto, depois houve ali alguns problemas e parou. É bom lembrar isso.



Mas, vamos aos problemas dos pescadores e vamos saber quem eram os Governos. Olhe, quando andaram atrás dos pescadores, para multarem os pescadores num dia de grande temporal e mandaram os barcos da Polícia Marítima para os barcos dos manifestantes - eu estava lá, num desses barcos, percebe? -, contra as pessoas que se estavam a manifestar por causa do Parque Luís Saldanha. Contra o Parque Luís Saldanha, estavam lá os pescadores, que, num raio exageradíssimo além do Parque Luís Saldanha, não podiam pescar, não podiam tirar o sustento para as suas famílias? O PSD.

Contra o gasóleo. Havia o gasóleo verde na agricultura e nunca existiu, digamos, um benefício no gasóleo para os pescadores. Estávamos lá nós. Eu fui todos os mandatos, fosse qual fosse o Governo, reunir com os ministros respetivos. Nunca ninguém disse: *“Sim, senhora, os pescadores têm direito a ter um subsídio ou têm direito a gasóleo mais barato”*. Nunca. O que acontecia na agricultura e nós queríamos equiparação à agricultura. Nunca.

Foi no ano passado, o Governo da geringonça que decidiu favoravelmente, em relação a este problema. Mas, mais, não foi o PSD que, quando os pescadores tinham que se esconder para levar jerricans de gasóleo, para abastecer os barcos dos mariscadores e dos pescadores, na Gâmbia? Os barcos, para irem abastecer ali ao pé dos ferries, onde eles abasteciam, não chegavam lá, ou, então, só tinham gasóleo para chegar lá à ponta, porque, para voltar para trás, o gasóleo acabava.

Então, como é que eles tinham que fazer? Não podiam transportar o gasóleo por terra e transportavam-no escondidos, muitas e muitas vezes, mas o Governo tinha mão-de-ferro. O PSD e o PS a perseguirem estes pescadores, que, para fazerem esse trabalho, tinham que continuar fugidos da polícia, porque os sucessivos governos insistiam em caçá-los.

O pagamento de subsídios na paragem do defeso? Zero: *“Agora não comes. Portanto, não podes pescar”*, mas também não havia subsídios para a paragem. Continuavam, por aí, na ilegalidade.

Paragem nas operações da NATO, já foi aqui dito, nós estivemos lá sempre e fomos perseguidos, tal como os pescadores, pelos dois Governos.

Portanto, o mérito desta proposta, deste protocolo, o mérito é este. É ouvir lembrar, não só daquilo que nós fizemos, da Semana do Pescador e disto e daquilo, estarmos sempre ao lado deles, para tudo e mais alguma coisa. Foi, também, estas ações horríveis que fizeram aos pescadores e que, hoje, como se nada tivesse acontecido, o mesmo partido, aqui protagonizado pelo Sr. Vereador Nuno Carvalho, vem aqui, numa de: *“Vamos lá fazer um protocolo e estar mais próximos e ajudar as pessoas e tal, tal”*.

Não podemos votar favoravelmente, como pode imaginar ou como já viu pelas intervenções, mas é bom o mérito desta proposta. É bom, porque fica registada em ata a memória daquilo que eles passaram, daquilo que eles passam ainda hoje, porque há coisas que ainda não estão resolvidas e, portanto, aquilo que eles ainda passam hoje.

Daí que os barcos que existiam e a pesca que foi fantástica nos tempos áureos, nesta cidade, hoje está reduzida ao número de barcos que está, e eles também, terem que se ver obrigados a terem de ir para a marítimo-turística, a fazerem, às vezes, nos seus barcos, outras atividades. Os mariscadores da Gâmbia trabalham às 4/5 da manhã no marisco e, às 15 horas, transportam turistas do Moinho da Mourisca. É isto a vida deles.

Portanto, nós sabemos bem o que é que é a vida deles e não pactuamos com um protocolo de Governos de partidos que lhes fizeram tão mal. Portanto, fica aqui o registo.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Naturalmente que, de certa forma, até compreendo, não querem dissociar o protocolo do respetivo partido. Até um certo ponto, compreendo. Também compreendo a questão de avivar a memória.

Mas, no presente e no futuro, os pescadores continuam a pagar multas. Quando, às vezes, vão realizar a atividade da pesca e vem ali algum pescado que não podem pescar, 10 quilos ou 20 quilos que sejam, levam multas 700 euros, 1500 euros.

Portanto, isto não é uma questão de dizer que é o Governo A, B, C, D, E, F. Aliás, nós temos aqui um governo que é A, B, C, de 3 letras, 3 siglas, 3 partidos e seria a mesma coisa que dizer que o atual Governo manda perseguir os pescadores. Não é. Isso é o entendimento que faz, não é o entendimento que eu faço.

Agora, é evidente que há uma responsabilidade transversal dos governos por resolver este problema. Há, mas incluindo o presente, incluindo para o futuro. Isso, a mim, não me retira a vontade, nem de discutir o problema, nem de achar que ele deve ser discutido. Mas, novamente, como eu disse, para não tomar muito mais tempo sobre isso, não é isso que este Município pode resolver. Não tem competências para isso.

Portanto, registo o que disse, percebo porque é que disse. Entendo, naturalmente, e acho que é também importante dizê-lo, no seu papel de Presidente da Câmara Municipal. Não concordo com tudo, como é evidente. Pela forma como disse, em algumas coisas está correta, noutras coisas não está. Mas, em algumas coisas que disse, está correta.

Acima de tudo, acho que é como diz, que a memória do que se falou aqui, hoje, e a memória deste documento e desta proposta se repita mais vezes no futuro e que estejamos mais vezes de acordo e que encontremos cada vez mais iniciativas a favor da pesca em Setúbal. Acho que não é preciso dizer mais nada, porque esse é o intuito da proposta, hoje.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo reprovada por maioria e em minuta, com 1 voto a favor do Sr. Vereador do PSD, 6 votos contra da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 3 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

### **23. Deliberação n.º 103/19 – Proposta n.º 02/2019 – GAV PSD – Unidade de Saúde Móvel – Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra**

O Sr. Vereador Nuno Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 44.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** - Eu vou usar agora das palavras da Sra. Presidente e da perspetiva – permita-me usar assim - que apresentou relativamente à proposta anterior, de que, de facto, é necessária memória e é bom apresentar algumas propostas, por vezes, para representar a memória.

Era bom termos memória sobre aquilo que tem sido ou que foi, em concreto, o desinvestimento profundo na área da saúde, que ainda hoje sofremos essas consequências, da responsabilidade de um governo do partido que o Sr. Vereador Nuno Carvalho faz parte e no qual tem responsabilidades.

Permita-me recordar que foi nesse Governo, do PSD/CDS, que foi eliminado, para a maioria da população, o transporte gratuito de doentes não urgentes, que era essencial para poderem aceder a consultas em centros de saúde, em consultas de especialidade, em consultas em hospitais, a tratamentos médicos e por aí fora. E que o número de utentes que hoje tem direito a esse acesso, por razões economicistas, é um número muito curto de utentes.

Não por acaso, no seguimento dessa proposta, começaram, também, e no seguimento do desinvestimento nos cuidados de saúde primários, do desinvestimento nos centros hospitalares, um pouco por todo o país, começaram a surgir clínicas e hospitais dos grupos das grandes seguradoras, a oferecerem, em grande parte com dinheiros públicos, os cuidados de saúde que a população portuguesa, uma parte significativa da população portuguesa, necessita.

Vale a pena recordar, aqui, que o Município de Setúbal, o concelho de Setúbal, tem cerca de 40 por cento da população sem direito a médico de família, que, no Centro de Saúde da Praça da República, 64 por cento da população que está lá inscrita, não têm médico de família, que 62 por cento da população que está inscrita no Centro de Saúde de São

Sebastião, mais conhecido por Vale do Cobro, não têm médico de família e que parte da população desta freguesia é aqui que está inscrita, nestes centros de saúde, exatamente porque não tem médico de família. A parte que tem médico de família, o fundamental está inscrito na unidade de Saúde Familiar do Sado.

Vale a pena recordar também, já agora, aqui, que os Governos que da responsabilidade do partido que o Sr. Vereador Nuno Carvalho faz parte e tem responsabilidades, provocaram e agravaram esta situação. E é preciso que se diga que os Governos do Partido Socialista seguiram pela mesma bitola e em pouco alteraram essa perspetiva e essa postura.

Não é por acaso a situação a que chegámos hoje. E, embora tenham acabado com os cortes orçamentais na saúde, têm-se recusado a fazer o investimento necessário, que é preciso fazer, para recuperar e não permitir que estes serviços continuem a degradar-se. Isto, um pouco em termos gerais.

Mas vale a pena também recordar que uma das dificuldades do acesso da população aos cuidados primários continua a ser a insistência em taxas moderadoras para aceder aos cuidados de saúde. Taxas moderadoras que, embora tenham sido denunciadas na altura, foram criadas, dizia-se - uma desculpa -, que era para moderar o acesso ou a procura dos utentes, especialmente às urgências.

Mas mantém-se e insiste-se nas taxas moderadoras nos cuidados primários, mas também, nas próprias urgências. E na atual conjuntura foi possível, pela luta das populações, que se alterasse um pouco outras taxas moderadoras e se fizesse com que os doentes que são referenciados pelos centros de saúde ou que são referenciados pela Linha de Saúde 24, tivessem uma taxa moderadora mais reduzida nas urgências hospitalares.

Mas, poderíamos e vale a pena continuarmos. Vamos à proposta em concreto que aqui está. Penso que valia a pena perder aqui algum tempo, a falar sobre esta proposta em concreto.

Não é por acaso que depois de, na última reunião de Câmara, eu ter aqui referido um conjunto de esforços que o Município de Setúbal estava a desenvolver, para a construção de centros de saúde, que são responsabilidade da Administração Central e daquilo que é o esforço financeiro e de recursos que o próprio Município de Setúbal estava a utilizar e estava a disponibilizar, como quem não quer a coisa, o senhor vereador apresenta aqui uma proposta, como se ninguém se tivesse lembrado, alguma vez, da população da freguesia de Gâmbia-Pontes e Alto da guerra.

Mas, vamos aqui então em concreto, a esta proposta.

Quem deve promover o acesso aos serviços de saúde não são os municípios, não são as câmaras municipais, é a Administração Central, senhor vereador. Não são os municípios que devem promover esse acesso. Os municípios têm sim, competências genéricas, atribuições no domínio da saúde, no âmbito de promoção de saúde. E promoção de saúde é muito distinto.

O acesso aos cuidados de saúde, o acesso aos serviços de saúde, é uma competência da Administração Central. É certo que alguns municípios deste país, perante a inoperância da Administração Central, encontraram algumas soluções, face a características próprias desses mesmos municípios. E encontraram um posto de saúde avançado, que são as unidades de saúde móveis, mas ao contrário do que o senhor vereador refere nesta proposta, não são cuidados médicos que são lá oferecidos. São cuidados de enfermagem, que são oferecidos nas unidades de saúde móvel, onde, para além de triagens, fazem-se vacinações, fazem-se medições. E não é de desvalorizar este tipo de ação e de intervenção que é feito nestas unidades e que, perante as situações e determinadas situações, agenda-se e marca-se uma consulta para estes utentes.

Aqui é que está o problema. É que, se o senhor vereador quiser, hoje marcar uma consulta, tendo médico de família, provavelmente só irá encontrar uma consulta para médico de família para lá de 9 ou 10 de maio. Esta é a dificuldade que esta população, nomeadamente a população que não tem médico de família. É que não é a 9 ou 10 de maio que tem consulta, é muito para lá desses dias. Ou, então, vai ao centro de saúde onde está inscrito - já não basta esse desconforto - e enviam-no para a Santa Casa da Misericórdia ou enviam-no, penso que não estou em erro, também para a Associação de Socorros Mútuos ou para um conjunto de

outras instituições, em que é contratualizado um cuidado, uma consulta médica que não é o médico de família, ou seja, vai como se fosse a uma urgência, quase. Não é uma urgência, mas é quase como se fosse.

Senhor vereador, referir que, na Área Metropolitana de Lisboa, este tipo de apoios não consegue chegar aos 80 por cento. Isso queríamos nós, chegar aos 80, e defendemos nós que chegasse, pelo menos, aos 80 ou 85 por cento. Estes apoios que aqui refere, senhor vereador, aqui, na Área Metropolitana de Lisboa, no máximo dos máximos, chegarão aos 50 por cento.

Mas, vamos ver, aqui, o que é que o senhor vereador, depois, propõe, também, mais em concreto. Não basta aquilo que foi decisão desta Câmara, na última reunião da Câmara, em que rejeitámos, para o ano 2019, transferência de competências na área da saúde, que pretendem transferir para as autarquias os assistentes operacionais.

O senhor vereador propõe que a autarquia disponibilize à ARS um assistente técnico. Eu percebo, porque é na linha daquilo que a ARS nos tem vindo a colocar. Há dias, vieram-nos pedir se nós conseguíamos fazer aí um concurso para arranjar assistentes técnicos para colocar na futura Unidade de Saúde Familiar, que está a ser construída no Centro de Saúde de São Sebastião.

O Governo não autoriza que a ARS contrate assistentes técnicos. Então, as câmaras contratam os assistentes técnicos. E sai do orçamento das câmaras os assistentes técnicos: Por acaso, a sua proposta tem aqui uma curiosidade, é que passa da alínea b) para a alínea d). Permita-me dizer-lhe isto com um bocadinho de ironia, é que, nos protocolos que o senhor vereador refere, há uma alínea c). E eu vou-lhe dizer o que é que diz a alínea c), nestes protocolos: é que o município também financia o combustível e disponibiliza o motorista desta mesma unidade de saúde móvel.

Peço muita desculpa e penso que era muito importante que, em torno desta Câmara, do conjunto deste executivo, de toda a vereação da Câmara Municipal de Setúbal, que unamos esforços para a concretização e a construção daquilo que são os centros de saúde que são necessários dos mais imediatos e, também, sem esquecer, naturalmente, a freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, já agora, como há muito a CDU coloca. Já agora, para essa discussão que se faz fora daqui, desta sala em que estamos. A CDU já há muito que coloca, está em programa eleitoral.

Ainda há pouco tempo, na Assembleia da Organização Concelhia do Partido Comunista Português, esteve presente essa reivindicação. É importante, para ficarmos claros, para, depois, naquela discussão de quem é que propõe ou deixa de propor os apoios para as famílias. Pelo menos nós propusemos e, agora, o PSD também propõe. Ainda bem, sim senhor. Não sei se o PS também já propõe, se não propõe, mas era bom que também propusesse e que estejamos todos Unidos, nesta ambição, que é de assegurar o acesso, de facto, da população de Setúbal, a cuidados de saúde primários. Isso era muito importante.

Mas vou-lhe dizer ainda mais uma coisa: A Câmara Municipal de Setúbal tem uma articulação profunda com o Agrupamento dos Centros de Saúde Arrábida, que é o ACES Arrábida, que tem aqui os centros de saúde do nosso concelho. E como sabem, tem um conjunto de atividades de promoção de saúde e de atividades de promoção de saúde para as quais é necessária e é fundamental a participação da Unidade de Cuidados na Comunidade, que são os profissionais de saúde que estão responsáveis por fazer esta atividade de domicílios e de apoio à comunidade.

Ainda há dias a enfermeira responsável dessa unidade pedia a um vereador desta Câmara se podíamos fazer força para que a ARS contratasse mais enfermeiros. Mas, não é só isso, o conjunto das atividades que a própria Unidade de Cuidados na Comunidade do ACES Arrábida, nomeadamente a Unidade Península Azul, que abrange o Concelho de Setúbal, não consegue desenvolver a sua atividade, porque não tem recursos humanos suficientes. E esta, para além das questões físicas, é a questão fundamental, é a questão dos recursos humanos, é a questão de haver médicos de família para a população de Setúbal, é a questão de haver enfermeiros e outros técnicos saúde em quantidade suficiente para servir a população de Setúbal e é, também a existência de assistentes técnicos em quantidade suficiente nos

respetivos serviços dos centros de saúde do concelho e de assistentes operacionais, também, para que todo o conjunto de funções que são da promoção de saúde, na promoção de cuidados de saúde à nossa população, de facto, sejam uma realidade e sejam efetivos.

Portanto, senhor vereador, penso que é muito importante trazer esta questão aqui, mas, peço-lhe muita desculpa, não traga mais responsabilidade ao esforço financeiro, ao esforço de recursos que a Câmara Municipal de Setúbal desenvolve neste sentido e junte-se a nós, sim, junte-se à nossa luta, faça força para que o seu partido também se junte à luta das populações, para que o acesso aos cuidados de saúde seja efetivo, para que todos tenham médico de família, para que haja enfermeiro de família – finalmente, seja criada a figura do enfermeiro de família, que tanta falta faz - e para que as populações que estão mais isoladas não só tenham acesso ao apoio domiciliário que merecem e que necessitam, mas, também, que possam ter acesso às consultas nos centros de saúde, nos hospitais e nas unidades de tratamento de que elas carecem.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Duas notas: primeiro, até estava a achar piada à proposta do senhor vereador, mas depois de ouvir o meu colega Ricardo Oliveira, fiquei “esmagado”. Não há hipótese. A proposta não tem pés nem cabeça, ponto. Portanto, está resolvido o problema, do meu ponto de vista.

A segunda é que eu queria enfatizar a questão das Unidades de Saúde na Comunidade, porque esta é a resposta que dá saída aos problemas mais candentes das pessoas mais frágeis. Nós temos com o ACES Arrábida uma relação profunda, no quadro do Programa “Nosso Bairro Nossa Cidade”, com o Projeto Saúde no Bairro.

As enfermeiras que lá estão consideram – são cuidados primários de saúde – que é um esforço tremendo que é feito, por eles próprios e por nós, para garantir que uma dada comunidade tem uma relação mais próxima com o sistema de saúde e estão envolvidos de corpo e alma nesse processo. O que nos dizem é que precisam e pediram-nos, de facto, ajuda, para contactar com os níveis hierárquicos superiores, para ter mais gente para fazer esse trabalho.

E, mais do que isso, a Unidade de Cuidados de Saúde na Comunidade queria fazer, em todo o território setubalense, um projeto do mesmo tipo daquele que tem no Programa “Nosso Bairro Nossa Cidade”, isto é, ter uma relação mais próxima, ter a capacidade de estabelecer essa relação com pessoas organizadas em toda a cidade, para poder, assim, estar mais próximo, conhecer melhor, etc. E mais, queria capacitar, em toda a cidade, pessoas para apoiarem os vizinhos de uma forma mais próxima, etc. O que eles nos dizem é que não há investimento nesta matéria suscetível de dar resposta ao grande objetivo político, que está definido no sistema de saúde para o seu próprio trabalho.

Portanto, eu creio que esta questão resolve, de facto, um problema essencial de todos os setubalenses, se ela avançar, mas a questão, como diz o Vereador Ricardo Oliveira, é mesmo de recursos humanos. É mesmo de investimento a sério na saúde, não é de folclore à volta da saúde. Portanto, esse problema tem que ser mesmo resolvido e não pode ser resolvido com uma transferência de competências irresponsável para os municípios.

Portanto, a questão que está em cima da mesa é uma proposta que eu acho que é uma proposta que não tem pernas para andar. Depois da intervenção do vereador Ricardo, é uma coisa esmagadora o que ele aqui colocou e que creio que põe o dedo na ferida e coloca a questão, por um lado, na dimensão do problema, na responsabilidade de quem a tem e da necessidade que há de investimento humano neste processo.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Antes de falar na proposta em si, dizer que é bom ver, realmente, que o Serviço Nacional de Saúde, que esteve nos últimos tempos, sob um ataque feroz de várias organizações, interesses laborais privados - enfim, legítimos porque estão a defender os seus interesses, como é óbvio -, mas é bom ver de alguma forma, o PSD de Setúbal com uma proposta que vai no sentido de defender o Serviço Nacional de Saúde.

5

Lembro-me que, ainda há bem pouco tempo, um dos candidatos a Presidente do PSD, que fundou, depois um novo partido, o Aliança, defendeu que todos portugueses deviam ter um seguro privado de saúde, o que é um ataque cerrado ao Serviço Nacional de Saúde.

Portanto, é bom ver, realmente, que aqui existe de uma forma quase unânime, uma defesa do Serviço Nacional de Saúde, embora com visões diferentes, mas há essa visão e há uma frase, que o Vereador Ricardo disse: *“Todos unidos no acesso da população de Setúbal aos cuidados primários”*. Eu acho que isso é fundamental e é fulcral.

E, por isso mesmo, também o Partido Socialista, nas últimas eleições autárquicas, tinha uma proposta similar a esta. Isto não é aqui ver quem é que tem mais propostas e quem é que nasceu primeiro, mas tinha uma proposta similar. E, portanto, obviamente que nos revemos, de alguma forma, de uma forma genérica, nesta proposta.

Obviamente que, no ADN do Partido Socialista, está, enfim, a luta que foi para o aparecimento do Serviço Nacional de Saúde, com tudo aquilo que todos nós sabemos que foi uma das maiores conquistas, uma das várias conquistas do pós-25 de Abril. Foi, realmente, esse sistema, que é - com todos os problemas que tem e tem muitos - um garante de verdadeira democracia, porque todos estamos iguais naquilo que é o nosso bem maior, que é a saúde, ou melhor, a falta de saúde. E, portanto, esse é realmente, um patamar.

Agora, há aqui uma situação que o Vereador Carlos Rabaçal abordou e Vereador Ricardo também, que é a questão dos recursos humanos. Eu lembro-me que, ainda há 2 ou 3 anos, lançou-se um concurso para médicos de família para a Quinta do Conde, que é a 30 quilómetros de Lisboa, e não conseguiram ter o número suficiente de médicos a concorrer às vagas que tinham. Ficaram vazias uma data de vagas, porque os médicos não concorreram.

Portanto, isto é para dizer que, realmente, há um problema de recursos humanos. Agora, os recursos humanos não aparecem assim só, por decreto. Existe, objetivamente um trabalho grande a fazer. Eu, pessoalmente, acho que havendo apenas uma escola pública a formar médicos - ou seja, são os nossos impostos que formam esses médicos -, esses médicos deviam dar, durante um período de tempo, uma exclusividade ao Serviço Nacional de Saúde. Não compromete o Partido Socialista, é a minha posição pessoal. Acho que deveria haver e, por aí, podiam-se resolver muitos problemas. Obviamente, isto vai levantar questões grandes junto de um *“lobby”* forte, que é o *“lobby”* dos médicos, que tem quase o exclusivo, o monopólio na mão, em termos de saúde.

Em relação àquilo que foi feito nestes últimos 3 anos do Governo da geringonça, que a Sra. Presidente nunca assume como o seu Governo, mas eu assumo, com grande orgulho, como meu Governo, foram admitidos novos médicos, houve muitos milhares de famílias que passaram a ter médico de família, que não tinham, foram admitidos novos enfermeiros, mais 4 mil enfermeiros, abriram muitos centros de saúde pelo país fora. E, realmente, Setúbal tem 3 pontos que são fundamentais resolver, que nós, enquanto partido, nas estruturas próprias, temos feito todo o esforço para que, na próxima legislatura - estou convencido que o Partido Socialista ganhará o próximo Governo -, portanto, poderá ter que assumir como uma das prioridades o Centro de Saúde de Azeitão, o Centro de Saúde de Vale do Cobro, o prolongamento, o novo centro de saúde. E realmente, eu já vi, até, um painel publicitário da Câmara Municipal, a dizer que cediam terreno, faltava o Governo fazer o resto.

Portanto, é importante realmente, que haja esse novo equipamento. Estou convencido que o próximo Governo vai colocar na lista de prioridades, aliás, já devem estar colocados, na lista de investimentos prioritários, esses dois equipamentos.

Acho que é, sem dúvida alguma, um caminho que tem sido feito, que não é fácil, porque vimos de um desinvestimento grande, não só do último ano, mas de vários anos, é um facto. Viemos de um desinvestimento grande e, portanto, acho que esse caminho vai ser feito. Agora, obviamente que não vai ser feito de uma só vez nem só num mandato. Vai ter que demorar mais tempo, mas estou convencido que, na próxima legislatura, vamos ter esses dois novos centros, pela mão do Governo do Partido Socialista.



Dito isto, obviamente que, tendo nós uma proposta similar no nosso programa autárquico, obviamente, iremos votar favoravelmente, por uma questão de coerência, porque entendemos que, efetivamente, este é um serviço de grande proximidade de uma freguesia periférica que deve ser implementado e, ao contrário daquilo que o Vereador Ricardo há pouco disse, acho que nunca, em caso algum, um investimento destes, seja qual for, pode ficar dependente - eu não acho que tenha ficado dependente disso -, por causa da Câmara disponibilizar um assistente técnico. Sinceramente, acho que, se isso fosse o único problema, acho que a Câmara deveria dar não um, mas dois assistentes técnicos.

Sra. Presidente, são opções, cada um fará as suas. Eu acho que a Câmara pode assumir os custos de um assistente técnico, para poder ter uma resposta à população. Portanto, independentemente de ter a total responsabilidade, ou não, há coisas que a Câmara não tem responsabilidade e assume-as e já várias vezes, aqui, aprovámos, nessa matéria. Por que razão é que, na área da saúde, não há-de também ter a mesma postura, até um determinado nível? Isto enquanto, como é óbvio, não ocorrer a transferência das competências, onde aí, acho que as câmaras vão ser chamadas a ter maior intervenção.

**Sra. Vereadora Carla Guerreiro** - Só queria perguntar às bancadas do PSD e do PS se não vos incomoda o facto de a vossa proposta não ter uma única linha sobre a possibilidade da construção de um centro de saúde numa freguesia que está em crescimento, que é o caso da Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra. Não ter uma única linha sobre se é benéfico para aquela freguesia poder vir a ter a construção de um centro de saúde.

Aliás, é curioso ser oportuno agora, aparecer aqui esta proposta, porque no jornal "O Setubalense" da semana, na volta que está a ser feita às freguesias, tanto em termos de executivo, como em termos de oposição, o único autarca que fala na construção do centro de saúde é o nosso Presidente José Belchior. É o único que defende a construção do centro de saúde.

Curiosamente, o título do jornal "O Setubalense" diz "*oposição defende mais saúde pública*". É lastimável, mas são opiniões e são questões editoriais, penso eu, mas isto tem que ser dito aqui, porque penso que não se defende mais saúde pública com uma proposta deste tipo. Podia ser, até, um complemento para alguma parte da população, mas numa freguesia com 8 mil habitantes, penso que está na altura de discutirmos a construção de um novo centro de saúde. Era isso que eu acho que essas bancadas deviam defender nesta proposta.

**Sr. Vereador Pedro Pina** - Muito telegraficamente, até porque os Vereadores da CDU Ricardo Oliveira, Carlos Rabaçal e Carla Guerreiro, sobre a proposta, já disseram tudo.

O meu pedido de palavra tem a ver com a intervenção do Vereador Paulo Lopes, porque, sobre a proposta apresentada pelo Vereador Nuno Carvalho, creio que já foi tudo rebatido e, então, agora, esta intervenção última, da Vereadora Carla Guerreiro, creio que colocou um ponto final definitivo, não sobre a matéria, mas sobre a questão, sobre a forma e sobre a intenção da proposta.

Eu fiquei perplexo com a intervenção do Vereador Paulo Lopes, profundamente perplexo. Sinceramente, estou pasmado, espantado.

Afinal, não é um problema de recursos humanos, senhor vereador? É que a semana passada nós estivemos na discussão da descentralização. O senhor vereador diz que é um problema de recursos humanos. Mas, afinal, é um problema de recursos humanos? Também. Pois, mas é que o senhor vereador e a bancada do Partido Socialista, em matéria de descentralização de competências e quanto se discutiu aqui, exatamente, o diploma da saúde, votou de uma forma muito convicta a matéria e a proposta.

Portanto, senhor vereador, eu queria dizer-lhe que estamos a falar de assistentes técnicos. Estamos a falar de assistentes técnicos e queria dizer-lhe que a soberba é lamentável e que o Partido Socialista faça um discurso que é: "*Não se preocupem, setubalenses. Não se preocupem, porque, na próxima legislatura, todos os vossos problemas, com uma grande votação em nós, vão estar resolvidos. Nós, de facto, temos assobiado para o ar. E, aliás, alguns dos nossos ministros até promessas fizeram, mas é na próxima legislatura, com a*

vossa confiança, que nós vamos resolver. E, portanto, os nossos compromissos e até algumas palavras que depositámos, nomeadamente, nos autarcas desta cidade, sobre as responsabilidades na construção de alguns centros de saúde, como é o caso de alguns compromissos assumidos pelo Senhor ex-Ministro da Saúde, à Sra. Presidente da Câmara, que disse que ia colocar no orçamento para 2018, para 2018, e, depois, para 2019 - entretanto, já se foi embora - e vem agora, na presunção da sua arrogância, dizer "não se preocupem que eu estou convicto que na próxima legislatura vamos resolver estes problemas".

Senhor vereador, nós não queremos que seja na próxima legislatura. Este compromisso tem que ser assumido agora e é agora que essa palavra tem que ser dada. Portanto, fazer uma intervenção sobre esta matéria, dizendo "nós estamos convictos que estes problemas serão resolvidos se votarem de uma forma muito, enfim, realista, no Partido Socialista..." Pois, ainda bem que os senhores se revêm no vosso Governo, mas eu queria dizer-lhe, uma vez mais, e os meus camaradas já disseram, é mesmo o vosso Governo.

O Sr. Vereador Nuno Carvalho, ainda há bocadinho dizia Governo A, B, C. Não, não, nós não fazemos parte deste Governo. É o Partido Socialista que é responsável pelo Governo. Portanto, queria dizer-lhe que fiquei deveras preocupado com a forma presunçosa com que a bancada do Partido Socialista, personificada nas suas palavras, veio, esta tarde, dizer "não se preocupem que os problemas serão resolvidos na próxima legislatura".

O que nós gostávamos era, da parte do Partido Socialista, que apresentasse soluções e propostas para resolver agora, neste momento, o problema que muitos dos nossos utentes dos centros de saúde têm e não fizesse promessas, uma vez mais, para resolver no futuro aquilo que não conseguiu resolver no passado.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Não responderia se não fosse a acusação de soberba e arrogância, que deve ser, seguramente, igual ou menor ou maior quando os senhores não cumprem promessas e dizem, "mas no próximo mandato está" ou "vamos fazer". Exatamente, deve ser a mesma, com certeza, porque quando o senhor vereador diz, como disse ainda numa reunião em que eu não estava aqui presente, mas, por exemplo, em relação à Casa das Artes, que "há outras prioridades, não será agora, há-de ser para o mandato"... Ah, não foi o senhor? Então, aquilo que a Sra. Presidente ou outro vereador diz, você não assina por baixo? Pronto, OK. Tudo bem.

Em relação à questão, obviamente, de assumir no passado, já toda a gente percebeu que este ano não vai haver centro de saúde. Seria uma hipocrisia, que eu acho que ainda seria pior do que soberba, vir aqui dizer: "Vocês vão ter". É para acabar? Vou já terminar.

**Sra. Presidente** – Não é isso, é que vamos ter mesmo.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Mas, se tivermos, melhor ainda, Sra. Presidente. Se tivermos este ano já, melhor ainda. Agora, atacar, dizer que é uma soberba, dizer que é para o ano e que é uma arrogância, não é. É um desejo que, se não conseguirmos este ano, que seja para o ano, ou melhor, que seja no próximo mandato que resolvam o problema, que já dura há décadas. Há décadas. É que eu ainda fui utente do Bairro Santos Nicolau, onde tinha que subir aquelas escadas sem condições.

**Sra. Presidente** – Continuam a subir.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Pois, mas é que eu mudei de residência. Portanto, deixei de usar esse centro de saúde, Sra. Presidente. Eu sou um dos felizardos que até não estou num centro de saúde, estou numa USF, que é uma coisa ainda muito mais à frente, em termos de qualidade, não diria de qualidade do serviço prestado, mas enfim, de eficiência, eventualmente, de eficiência.



Portanto, isto só para dizer que recuso, como é óbvio, os adjetivos com os quais fui qualificado, porque nós aqui, em termos da saúde, estamos todos a querer ter o melhor possível. Agora, não merece a pena também, fazer demagogia em relação ao assunto.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Vou, novamente, procurar ser sucinto, agradecendo os comentários à proposta.

Relativamente à intervenção do Vereador Ricardo Oliveira, que efetivamente, registei, eu estava a falar de uma unidade de saúde móvel, não estava a falar do centro de saúde, que mencionou e bem, mas não estava a falar do centro de saúde, efetivamente, não estava a falar de outra temática que falou.

Não me leve a mal a comparação, mas parece aquela pessoa que vai a um mecânico porque é preciso pôr óleo e, de repente, ele diz-lhe: *“Eh, pá, é o óleo, é preciso trocar o motor, é preciso isto, aquilo e aqueloutro”*. Eu percebo, também, às vezes, fico esmagado com os orçamentos que me dão.

A questão que estamos aqui a falar é que há um problema estrutural de saúde. Claro que há, um problema aqui e, dizia a Vereadora Carla Guerreiro, que não se faz referência a isso, a falta do centro de saúde.

Devo dizer que, aqui na proposta, posso referir três pontos, na primeira página, em que digo que *“a população da Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra desde há muito que manifesta a sua insatisfação no acesso aos cuidados de saúde primários”*; mais à frente, *“os sucessivos governos da República não têm respondido às reivindicações da população e dos seus representantes eleitos, no que concerne a dotarem a freguesia de um equipamento de prestação de cuidados de saúde”*; mais à frente, *“considerando que não se encontra prevista a construção de qualquer equipamento de prestação de cuidados de saúde”*.

É disto que se está a falar, senhora vereadora. É disto que se está a falar e é pela ausência deste equipamento, que, de facto, se pretende que uma situação, que se quer temporária, possa ajudar a melhorar a situação atual.

Agora, podemos, novamente, discordar quanto à metodologia, mas não vamos trocar uma coisa pela outra. Agora, dizer que eu estou aqui a propor algo que vai substituir? Nem é esse o espírito da proposta, nem diz isso, diz, precisamente, que essa é uma reivindicação da população. Isso é uma reivindicação que é necessária, que é importante, mas que, neste momento, não existe.

Dizer, também senhor vereador, aqui, - não me leve a mal -, que, de 15 em 15 dias, não venho cá a lembrar-me sempre do que os senhores me disseram há 15 dias atrás. Isto vem na sequência de uma reivindicação, até, de um autarca do PSD, que já há muito tempo que me pedia para esta proposta, que apresentou, em dezembro de 2007, na freguesia dele.

Portanto, olhe, é como diz, convergimos. Pois convergimos, agora não se tente pôr em bicos de pés numa coisa que não tem nada para pôr em bicos de pés. Aquilo não existe lá. É evidente que não existe. É um flagelo, é um problema. Não foi só porque o senhor disse, não é só porque eu digo. É porque é uma situação que já existe há muito tempo.

Portanto, querem-se sentir esmagados por alguma intervenção da ausência do centro de saúde e do problema em Setúbal? Pois devem sentir-se e muito bem, mas isto não pretende resolver esse problema.

Mas que ambição é que nós, agora, estaríamos, aqui, a ter, de falar numa coisa que não é competência do Município de Setúbal? Não pretende. Desviou o assunto para um problema em que lhe digo: *“Concordo consigo. Excelente intervenção. Muito bem”*, mas as pessoas perguntariam: *“Então, mas, afinal, pode ou não pode haver este equipamento lá?”* e a resposta seria: *“Não, porque nós queremos um centro de saúde”*.

Mas, uma coisa prejudica a outra? Um não pode existir até o outro chegar? Porque é disso que estamos aqui a falar, de uma solução temporária. É de melhorar a situação atual, como muitas vezes, muitos municípios já fizeram, até 80 por cento, como diz e bem, por isso é que a proposta diz *“até 80 por cento”*, de forma a que as pessoas tenham melhores cuidados.

Deixem-me dizer que, quando fez referência, e bem, aqui a este pequeno lapso da proposta, porque, sabe, é como lhe digo, eu sou vereador sem pelouro, venho cá de 15 em 15 dias e, às vezes, cometemos estes erros. De facto, não pus aqui A, B, C e, portanto, peço já essa correção, A, B, C e não A, B, D.

Mas, como referiu e bem, que até falta o motorista, vou-lhe dar um exemplo daquilo que foi o protocolo de Alcochete para a Freguesia do Passio - se não estou em erro, acho que é assim, não quero cometer uma imprecisão -, em que o senhor vereador diz: "*O que falta aqui, de facto, é o motorista, isto, aquilo e aqueloutro*". Então, vou-lhe ler qual foi a parte que, de facto, não coloquei aqui, porque creio que isso deve ser alvo de uma negociação entre a Câmara Municipal e a ARS.

Mas, vou-lhe ler o que é que está lá. Até foi daí que retirei a inspiração. O tal C que está em falta faz referência a acolher e atender os utentes no espaço físico - isto, relativamente ao técnico -, proceder, até à véspera da deslocação da unidade móvel, ao registo dos utentes, articular-se com a equipa da ARS. O C, o que diz, é: "*Suportar todos os encargos necessários ao referido nas alíneas anteriores*", onde não fala de nenhum motorista.

Mas, se o problema também é o motorista, eu digo-lhe que acho que, até então, também devia haver motorista, mas por acaso, aqui até não fala.

Acho que o senhor tem um conhecimento tão profundo sobre esta matéria que devia ler todos os exemplos como deve ser, porque eu também o tenho. Gosta de ir até ao detalhe? Então, vá até ao detalhe da matéria. Mas então, diga que o problema é porque não quer ceder o motorista, ou então, diga que o problema é porque não quer ceder um assistente técnico, porque este problema, da falta do centro de saúde, não se resolve com a unidade de saúde móvel. Atenua, não se resolve.

Eu não lhe vou pedir desculpa no meu discurso, porque é o que eu acho e nós não devemos pedir desculpas pelas nossas convicções. É, naturalmente, com respeito, mas o que eu acho é que, de facto, ao fazer-se isso, é demagogia.

Eu não estou a procurar resolver nenhum problema. Esta proposta e esta ideia não é exclusiva sua nem de ninguém, nem sequer fazemos "*franchising*" sobre ela. Esta ideia é uma ausência da população e é disso que se trata. Se não concordam com a medida, aí, muito bem, achamos que não é suficiente para resolver. Mas, quanto à construção do centro de saúde, entenda-se, estamos todos de acordo, não é uma bandeira que nós alteremos nem que resolvemos com isto.

Portanto, sejamos claros quanto a isso. Querem sentir-se esmagados com essa situação? Pois bem, é uma unidade de saúde móvel, não esmaga ninguém, não faz mal a ninguém.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – É que falta aqui um conjunto de questões que estão na proposta do senhor vereador e o que o senhor vereador aqui refere não propõe, em algum momento, a construção de um centro de saúde. Em algum momento propõe a construção do centro de saúde. Refere que não existe e que não está previsto. Não está, em qualquer momento, proposto.

E, então, o que é que considera? Considera, então, que se crie uma unidade de saúde móvel, que vai levar cuidados médicos - é o que diz aqui, é o que está escrito na proposta - à população.

Então, o que é que se esquece nesta proposta? Em primeiro lugar, é que as unidades de saúde móveis não levam médicos à população. Mas depois, também se esquece outra coisa: "*Sim, senhor, adquira-se uma carrinha, uma unidade de saúde móvel, toda equipada*". Muito bem, equipe-se. Arranjamos, nas várias aldeias, nos vários núcleos habitacionais da Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, um pavilhão, um equipamento, um estabelecimento, onde se vai acolher a população, para esperar pela consulta na unidade de saúde móvel.

Sim, senhor. A Câmara não coloca um, coloca um em cada um desses equipamentos. Muito bem. E então, onde é que estão os enfermeiros? E onde é que estão os técnicos de saúde, para prestar esses cuidados de saúde? Não estão em lado nenhum.

4

E, então, o que é que o senhor vereador não coloca aqui? É: *“Porque é que a Câmara não contrata os enfermeiros? Porque é que a Câmara não contrata os médicos? Porque é que a Câmara não dá habitação aos médicos?”* É isso que não está nesta proposta e é esse o conjunto de competências que o senhor vereador não coloca aqui.

Porquê? Porque quer parecer que está a procurar resolver a situação, quando sabe perfeitamente que não está a procurar resolver situação nenhuma. Está, apenas, a tentar manipular e mobilizar a população para uma determinada fórmula mágica que solucionará os seus problemas, quando o problema da população de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra não se colocaria da forma como se coloca hoje se tivessem todos médicos de família. Essa é que é a questão. Se tivessem todos enfermeiros de família. Essa é que é a questão e, portanto, não desvie a questão para uma solução provisória.

A Câmara Municipal de Setúbal e as câmaras deste país fazem tudo aquilo que é da sua competência e o que não é da sua competência, para promover e para proteger e para promover a qualidade de vida das suas populações. Não devem ir e não podem ir para onde não é da sua competência, porque, encontrar essas soluções, é o caminho que, de facto, a sua opção política ideológica promove, é que a saúde se assegura com respostas privadas, a saúde assegura-se com resposta dos seguros de saúde e por aí fora.

Não é o que está aqui? Pois, não é o que o senhor escreveu aqui, nesta proposta, mas é o que está a suportar, politicamente e ideologicamente, esta proposta e é isso que tem por trás desta proposta.

**Sra. Presidente** – Sr. Vereador Nuno Carvalho, volto a dizer que é de coragem e quero saudá-lo, por trazer aqui, numa ação legítima, de promoção e de propaganda eleitoral. Portanto, quero saudá-lo, porque muitos estiveram aí sozinhos e não tiveram essa coragem, sendo óbvio que as maiorias de outros, que estariam no executivo, não iriam aprovar. Sendo óbvio, porque senão, estaríamos todos do mesmo lado, como eu disse há pouco. Quero saudá-lo pela coragem de estar sozinho, a aguentar, que, como digo, outros aí estiveram e nada fizeram. Portanto, acho que isto é de louvar, em primeiro lugar, e é de respeitar.

Depois, dizer que subscrevo por baixo tudo aquilo que os meus colegas e camaradas já disseram. É de facto, muito estranho que a comunicação social se refira, como disse a Vereadora Carla Guerreiro, a um edifício, a um centro de saúde, como o presidente da junta de freguesia quer e a carrinha, a unidade móvel que o PSD propõe, é *“mais saúde para a freguesia”*.

Pois, as duas trazem mais saúde para a freguesia. Quer dizer, vamos ver a forma como se faz a propaganda e porque é que se faz este tipo de propaganda. É uma coisa que nos preocupa e que nós vamos ter que investigar, também, mas é outro fórum.

Agora, gostaria também, de colocar que de facto, há aqui uma preocupação muito grande. É o desconhecimento total dos números que isto envolve e da responsabilidade de quem tem que fazer isto. Quem tem que fazer isto - eu começo ou acabo onde o Vereador Ricardo começou -, quem tem que fazer isto é o Governo da nação. Está na Constituição da República Portuguesa.

Mesmo uma carrinha só, não chega: O motorista, um enfermeiro – não, são 2 ou 3 enfermeiros -, é mais um técnico operacional ou um assistente, que tem que ajudar, às vezes, na manutenção dos equipamentos que lá vão dentro, é isto, é aquilo. No dia em que a carrinha não for lá, as pessoas estão aqui à porta: *“Porque é que a carrinha não foi lá?”*, quando isso é uma responsabilidade do Governo. Quanto é que isso custa? E dizer, *“mas, não custa nada. Portanto, o Município põe isto”*.

Nós já recebemos, por parte do Ministério da Saúde porque recebemos a listagem daquilo que seria a transferência de competências, se nós aceitássemos agora. Nós estamos a fazer o levantamento. Já fizemos o levantamento, como disse, nas áreas da educação, nas áreas da saúde. Já chegaram os custos da área da proteção civil e vamos fazer essa reunião entre nós, para vocês verem o escândalo.

Quero dizer aos munícipes que esses números serão publicitados, para verem o escândalo da publicitação e, caso aquilo se concretizasse, podiam ter uma grande certeza: Dentro de poucos anos, a Câmara, esta e outras, têm que fechar as portas, para cumprir os desígnios políticos dos sucessivos Governos, que não fazem sentido existirem. Porque é que eles existem? Só para dizer que nomearam mais não-sei-quantos secretários de estado, mais os adjuntos dos secretários de estado, os adjuntos dos adjuntos dos secretários de estado, mais os ministros? Portanto, assim uma grande equipa, para dizer que eles existem, têm constituído Governo. Mas, para quê? Eles não têm competências.

Não têm competências na área da educação. Vamos nós ter que tratar, desde o pré-escolar até lá cima. Não têm que tratar dos centros de saúde. Temos 15 centros de saúde em Setúbal. Sabe quantos assistentes técnicos existem? 31. Escandaloso, escandaloso! Quer dizer que cada centro de saúde do nosso Município tem 2 assistentes técnicos, sendo que - há um que tem 3 -, muitas vezes, um está doente ou está de férias ou está de baixa. E, depois são os enfermeiros, nesses locais - ou os médicos, às vezes -, que ajudam a operacionalizar o funcionamento daquele centro de saúde.

Daí aquela médica ter-nos pedido para ajudarmos. Mas, como é que ajudamos? Mas, o que é que fazemos? Porque é que não há médicos? Porque é que não há a descentralização da colocação de médicos? Não é porque, agora não há recursos humanos, é porque as políticas, de há muitos anos a esta parte, permitiram que, agora não haja médicos. O “*numerus clausus*” para entrar numa universidade, de dezoitos, dezanoves, permitiram que hoje não haja médicos e que, hoje, um médico que está no quadro ganha “x” e que, para eles terem médicos - já se fazia no Governo do PSD/CDS, continua-se a fazer agora -, têm que ir buscar espanhóis, a pagarem 2 ou 3 vezes mais, ou cubanos, a pagarem 2 ou 3 vezes mais. Escandaloso! Porquê? Porque esses sucessivos Governos foram criando “*numerus clausus*” que, a determinada altura - e estamos a chegar a essa altura -, não há médicos a saírem para o mercado de trabalho e, os poucos que existem, centram-se no sítio próximo da sua residência. A maior parte deles vivem na grande Área Metropolitana de Lisboa e não estão disponíveis para a deslocação. Não há política para a família desse técnico de saúde, desse médico, se deslocar, ou desse enfermeiro se deslocar para uma casa, etc. Não há política, tudo isto teve uma sequência. Isto tem uma lógica. Isto não é isolado, isto teve um seguimento.

Estamos a falar da saúde. Vocês vão ver o que é que nos querem transferir, já para dizer que, em 15 centros de saúde, há 31 assistentes técnicos, quando aquilo estiver na posse da Câmara, não é? A verificar-se a transferência obrigatória, em 2021, vamos passar a ter reuniões em que as pessoas vêm para aqui dizer: “*O centro de saúde não funciona, só há uma pessoa*”. É isso que o Governo quer mandar, o odioso, para as câmaras: “*Só lá está uma pessoa*”.

Foi isso que o Governo do Partido Socialista fez, quando transferiu para as câmaras os pré-escolares e as escolas do 1.º ciclo, quando, numa escola, precisavam de ter 6 ou 7 assistentes técnicos e só lá estavam 2 ou 3. Quem é que teve que pôr os outros assistentes técnicos, para que a escola funcionasse? A Câmara Municipal de Setúbal. E as outras câmaras fizeram a mesma coisa.

É isso que eles estão a fazer com todas as áreas. Isto é escandaloso. Nós temos competências na manutenção das escolas, pré-escolares, 1.ºs ciclos, etc, temos que arranjar as estradas, temos que fazer jardins, temos que tratar dos animais, os bombeiros. Temos que ter tanta coisa. Agora, vamos pagar mais 2 milhões de passes sociais e eu pergunto: onde é que as câmaras, esta e outras, vão buscar o dinheiro para pagar os tais complementos? Não é preciso só mais 1 enfermeiro, são precisos mais 2 ou 3, e, depois, para os centros de saúde, os assistentes técnicos e, depois...

Temos para a semana uma reunião com o Sr. Secretário de Estado da Saúde, porque tínhamos previsto, para Azeitão, um terreno de mil metros quadrados, para fazer o centro de saúde e está já previsto neste orçamento.

5

Por isso é que eu estava a dizer ao Vereador Paulo Lopes, e é o próprio Ministério que vem dizer: *“Não fazemos de mil metros, fazemos de cerca de 3 mil metros, para ficar, já um centro de saúde ao nível do Programa 2030”*.

Portanto, vamos discutir com eles já o projeto. Já está em orçamento, com quase o triplo do tamanho.

Mas, sabem o deslante do Ministério? A Câmara de Setúbal vai dar um terreno que está junto à Estrada Nacional 10, que vale dinheiro, e o Ministério diz assim: *“Sim, senhora, mas nós só temos 1 milhão e tal. Pronto, isto vai triplicar. Agora, vê se a Câmara pode ajudar a pagar o resto. Já agora, a Câmara tem que fazer as infraestruturas”*. Sabem quanto é que custam umas infraestruturas de um edifício daqueles? As infraestruturas é pôr a água, a luz, etc. Quanto é que isto custa? *“Já agora, os projetos de especialidade”* - que eles fazem o projeto de arquitetura. Projetos de especialidade, nós não temos técnicos, que são uma bateria projetos que nós, para os nossos projetos, temos que fazer fora, o que quer dizer que, para eles, também tínhamos que fazer fora. *“E os arranjos exteriores, portanto, passeios, jardins e tal. Já agora, a Câmara paga isto tudo”*.

É evidente que a Câmara não paga isto tudo, senão vamos ter chatices. Isto é assim, em catadupa: *“Já agora, a Câmara paga isto”*. E eu digo assim: *“Então, e as competências das câmaras”*. A Câmara de Setúbal, que está a regularizar o seu passivo, em termos financeiros, que vai a caminho de regularizar o seu passivo e está a caminhar bem, como vocês sabem, porque têm documentos onde podem estudar isso e podem verificar isso. Estamos a fazer obra e estamos a pagar passivo.

Então, temos que parar de melhorar as escolas. Estamos a acabar de tirar os amiantos. Foi uma proposta a que os propusemos. Estamos a acabar os amiantos. A última coisa do Município em que falta tirar o amianto é o quartel dos bombeiros, que já está uma requisição feita para o seu encapsulamento. Era o último edifício da responsabilidade da Câmara.

Pronto, quando vierem estas transferências, nós dizemos: *“Ainda bem que fizemos isto tudo, porque, a partir de agora, temos que parar tudo isto, porque temos que dar resposta às responsabilidades novas, porque não vêm com os meios necessários para as cumprir e Setúbal parou e vai aumentar, outra vez, a sua dívida”*. É isto que vai acontecer com esta má solução de transferência de competências, porque não nos ouviram.

Nós dizemos: *“Nós aceitamos. Vamos conversar e vamos fazer contas”*. Nós aceitamos. Porque, se vier o dinheiro correspondente – nunca vem o dinheiro correspondente -, se vierem os 504 trabalhadores da educação, eles vêm, os 504 trabalhadores, mas, depois, é preciso ter cá pessoas, aumentar os recursos humanos, para processar os salários dessas pessoas novas. É preciso fazer mais não-sei-quantas coisas. Quer dizer que vem o dinheiro dos 504, mas, depois é preciso ter 4 ou 5, numa série de setores, para acolher essas pessoas. Mas, esses 4 ou 5 já ninguém paga, paga o Município.

Portanto, isto é extremamente complicado. É melhor deixarem de existir governos, que a gente toma conta do país, os municípios todos. Resumindo, é isto.

E, portanto, não podemos estar de acordo com esta proposta, sendo certo que, pontualmente, pode fazer sentido às pessoas: *“Então, mas qual é o problema?”* É uma carrinha móvel, que, na região de Lisboa e Vale do Tejo são 45, 50, 60 por cento, anda por ali. Se não houver candidaturas suficientes, às vezes, há ali umas portas de oportunidade e eles dizem: *“Se vocês se portarem bem nos pagamentos”* – felizmente, nós, sempre, tido mais uma majoração de 10 por cento. Eles dão mais 5, 6, 10 por cento e, portanto, pode chegar até aos 60, 65. Está bem, mas nós, depois, temos que pagar o resto da carrinha. Depois, nós temos que pagar o pessoal, depois nós temos de pagar a manutenção da carrinha, porque, depois, avaria. É mais uma manutenção e a Constituição da República diz que cabe ao Governo a saúde, a responsabilidade da saúde.

Portanto, vão todos para casa e resolvam com os municípios. Nós tomamos conta disto.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Só referir, como é evidente, que esta proposta não pretende prejudicar em nada a construção do centro de saúde. Naturalmente que a população sabe distinguir um carro de um edifício e, também saberia que a sua reivindicação não ficaria satisfeita com uma unidade móvel, que se configura num carro que vai periodicamente prestar estes cuidados de saúde.

Vereador Ricardo Oliveira, percebi as suas palavras, no que diz respeito à questão dos cuidados médicos e de saúde. Compreendo a sua questão, mas também volto a referir-lhe o seguinte: O mérito de vir aqui trazer estas propostas e estes pequenos acertos que podem, ou não, vir a ser feitos, não prejudica aquilo que é o ponto principal.

Em primeiro lugar, não há nenhum cunho ideológico para que isto seja privado ou público ou público-privado. Isto é satisfazer uma necessidade da população e tentar encontrar um mecanismo para a satisfazer. Pode-se concordar ou discordar, mas é isso.

Em segundo lugar, é que as propostas, quando são feitas e são realizadas, carecem de aperfeiçoamento e não há mal nenhum nisso. Portanto, se efetivamente, existisse a vontade - eu acho que essa é que é a questão de fé - de aperfeiçoar uma proposta, para que ela fosse executada, tudo bem. Se não existe, então não há essa opção.

Agora, não se pode é dizer que isto é uma invenção ou que isto é assim ou que isto é assado. Isto é uma opção de alguns municípios, que optam por fazer uma operação destas. Se aqui, a maioria decidiu da CDU, que é quem decide, não opta, então não opta.

Agora, não há ideologias, não há nada dessas coisas por trás. É uma solução simples. Nem há, muito menos uma outra coisa, que eu não quero voltar a deixar de sublinhar, porque isto é importante, porque eu quero continuar a trazer aqui propostas.

É impossível a um Vereador, seja ele qual for, independentemente de ter 3, 4 ou 5 vereadores a acompanhá-lo, lembrar-se, em detalhe, daquilo que é dito ou não é dito aqui. E é impossível nós considerarmos que alguma ideia ou que uma proposta nossa e só nossa. É impossível. E ninguém, muito menos eu, quando tenho aqui uma proposta, tenho a arrogância de vir dizer que aquela ideia é só minha ou que fui o primeiro a tê-la. Nem penso nisso. É a proposta, está formalizada, discute-se, aceita-se ou não.

Também lhe vou dizer uma coisa: se isto fosse aprovado e fosse para a frente, você acha que o mérito ia para quem? Para mim? Não. Obra feita nunca é o mérito do vereador, é do presidente. Portanto, também não vamos entrar nisso.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo reprovada por maioria e em minuta, com 4 votos a favor dos Srs. Vereadores do PS e PSD e 6 votos contra da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU.

### **C) Período destinado à intervenção do Público**

**Sr. Augusto Cruz** – Ponto 1. A miserável instabilidade deste país é demasiadamente tão vasta de que me sinto totalmente envergonhado, acima de tudo, moralmente, onde está instalado a própria opacidade, devido, precisamente, à total inexistência de propugnadores.

Ponto 2. Pondo em questão a total desmoralização perante um verdadeiro sistema dependente da gíria, cuja promoção, já demasiadamente assente na acentuada corrupção, de que momento já ultrapassa, precisamente, o próprio Orçamento Geral do Estado, cujo Estado completa-se pelo silêncio e, precisamente, este desgoverno sentem-se com uma autêntica fase de total empalhação, mas cuja Assembleia da República, onde se baseia o próprio Parlamento, verifica-se que os próprios deputados não estão à própria altura dos próprios problemas que se criam na própria sombra do conhecimento da própria cidadania. Isto acontece, somente, porque estamos dentro de um país que não sabe cuidar dos cidadãos, cuja ação fundamental é mantê-los numa profunda obscuridade, porque somos governados pelos e misoneístas e mauresistas, inclusive a própria justiça. Toda esta ação cria uma total injustiça e, assim, cria uma total ofensa profunda da própria dignidade humana, porque desrespeita a própria inteligência, onde viola a própria essência dos processos racionais e

4

emocionais e, assim, gera a própria insegurança, tornando-se o consenso fraco. Eis a própria criação, formulada pela total injustiça dos tribunais. A própria justiça brinca ou tenta brincar com a própria cidadania, cuja base geral abdica dos seus próprios valores, cuja ação total de ignorância, aonde somente se queixa, porque não se sabe aprender os seus próprios direitos, tal como já frisei.

Ponto 4. Os próprios partidos são o próprio reflexo do nosso país, acrescido do próprio povo de que somos, infelizmente, graças à própria vontade da sua total ignorância, na ordem de 85 a 90 por cento. Eis os consultores da própria vontade a que o país se encontra. Estes sofrem perante o silêncio da própria negação.

Ponto 5. Portugal é um país totalmente falhado. Uma autêntica democracia, mais do que qualquer outro regime, exige celeridade total, onde se impõe disciplina total de rigor e isenção de atitude e, fundamentalmente, de procedimentos. São esses conhecimentos os sentidos ideais que não existe neste país.

Ponto 6. É fundamental quando só existimos, quando existimos perante a própria necessidade perante outros. Devo acrescentar que, recentemente, entrei em total litígio, com estimada indiferença de funções do Ministério Público, cuja individualidade é relacionada com a própria Procuradora Adjunta de nome Ana Rita Andrade. Devo, somente, acrescentar de que foi totalmente escandaloso, cujo conteúdo onde, forçosamente, me senti completamente descredibilizado, perante normas totalmente desajustadas com os factos reais, mediante a própria agonia da justiça deste país, mais parecendo os próprios tempos medievais, tentando fazer de mim como sendo um autêntico ignoto ou mesmo de néscio. Inclusive, tentando criar ou pactuar com erros impostos pela sua criação abusiva, despudoradamente fragilizada, onde, nesta base, frisei-os como sendo um chauvinista puro. Eis o próprio país, assente no geral, onde a mesma cria uma falta de confiança em todo o que é consumido pela própria plebe, onde frisei tudo isto, porque até um dia já chega de tanta incúria malévola. Isto prova que o 25 de Abril está esquecido. Estão a tentar, às escondidas, o tempo do salazarismo.

Frisei-lhes: *“Tenho 77 anos, que nunca tive rabos-de-palha, nem telhados de vidro. Pergunto-lhes: quantos têm essa honra? Isto, porque sou, note-se, sou um homem livre”*. Mais informei, no dia 10 do um de 2018, enviei-lhes uma exposição totalmente detalhada – note-se, totalmente detalhada –, onde escrevo toda a prevaricação criminosa do advogado Paulo Lopes, inclusive com ameaças de coação, onde afirmou que corria perigo de vida. Frisei-lhes, na altura, perante esta afirmação, que com ele não tinha medo absolutamente nenhum, tal como hoje. Tudo isto era relacionado perante as próprias mentiras da própria magistrada sobre o processo anterior. Notem: Não me vou calar perante estes factos. Cobarde nunca. Eis a razão porque o mesmo Paulo Lopes se viu forçado a furtar documentos, para tentar livrar o mesmo ministério público. O mesmo fazia-se passar como sendo mais inteligente ou dedução de que eu fosse um simplório indivíduo ou mesmo papalvo. Contudo, a prova real foi enviar-lhe uma carta registada com aviso de receção, à qual não respondeu, onde o desafiava para um detetor de mentiras...

**Sra. Presidente** – Sr. Cruz, já passou o tempo. Acaba para a próxima.

**Sr. Augusto Cruz** – Como? Pronto, OK. Já agora, para terminar, tenho que dizer o seguinte, desculpe lá, porque eu estive já aqui há 3 semanas e venho-lhe lembrar que a Rua Álvaro Castelões se encontra, precisamente, tal como frisei há 3 semanas. Eu vi a senhora passar a semana passada – a senhora também me devia ter visto – ou esta semana. Digo, sinceramente, eu esperava que a senhora tivesse um encontro, tal como as outras pessoas, que eu chegava ao pé de si e perguntava: *“Gostou?”*, mas, infelizmente, não lhe aconteceu, mas fica um aviso: Aquilo está uma vergonha.

E, já agora, porque quero terminar, devo-lhe dizer o seguinte e quero que, antes que seja tarde, a coisa veja-se. É o seguinte: Na Escola Lima de Freitas e na Escola Primária do Viso, há um carro que persegue as crianças de 14 e 15 anos. Isto foi, telefonaram-me ontem ou antes de ontem. Já foram para a polícia. A polícia, infelizmente, tal como o país se encontra, toda a gente sabe, não é preciso eu ser um orador primal e, portanto, como, felizmente, aviso,

acho que já há uma criança que já desapareceu, segundo já ouvi hoje, porque a polícia não tem carros para se deslocar.

Estes é que são os problemas fundamentais que o país precisa de resolver. É esta a minha luta de sempre, deste janeiro de 1998 até hoje, porque eu não tenho partido político nenhum.

**Sra. Presidente** – A Rua Álvaro Castelões já foi vista e não está como diz o Sr. Cruz. Não está como diz.

**Sr. Augusto Cruz** – Está, está. Esteve lá, sabe quem é que esteve lá? Foram os calceteiros, não estiveram lá pedreiros. Eu já estava à espera.

**Sra. Presidente** – Então, mas os calceteiros é que têm que lá ir arranjar, não são os pedreiros, são os calceteiros. Mas eu fui lá ver. Você viu-me passar. A Escola Lima de Freitas, de facto, é da responsabilidade, quer do ministério, quer da PSP. A PSP não tem carros, não têm agentes. E eu fui a semana passada reunir com o Sr. Ministro da Administração Interna e dizer, exatamente, isso. Exatamente isso, o que se está a passar aqui. Portanto, não sabia deste caso da Lima de Freitas, mas disse, em relação aos carros, em relação à falta dos agentes, em relação à falta de segurança, desse ponto de vista.

**Sr. Luís Lopes** – Eu sinto, depois destes temas aqui tratados, que o meu tema não tem importância. Eu venho aqui a tratar do assunto do estacionamento na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, mas, creiam-me, eu tentei tudo para não vir aqui. Eu fui, várias vezes, ao Edifício Sado.

A simpatia e a disponibilidade do Sr. Arquiteto Madeira, se não estou em erro...

**Sra. Presidente** – José Miguel Madeira.

**Sr. Luís Lopes** – Exatamente. Foi incansável, mas não me resolveu o problema. Tentei ser mais moderno e fiz vários contactos, mails para aqui. Não tive resposta. Aí, nem simpática nem antipática, não tive nenhuma.

Pronto, posto isto, quase como pedir desculpa de estar aqui a tratar do assunto, depois de ouvir estes assuntos tão elevados para a minha cidade, é a única hipótese de eu tive de pôr aqui o meu problema.

Eu sou morador na Avenida dos Combatentes já há dezenas de anos. Paguei o estacionamento como residente, e, neste momento, eu e outros moradores somos os únicos a pagar. Porquê? Porque hoje não há fiscalização de estacionamento.

Não venham dizer que há obras nos Combatentes. Obras houve o ano passado. E houve obras que eram importantes para a cidade e não nunca me ouviram dizer. Aliás, nessa altura, chegou a haver menos 50 por cento do estacionamento daquela rua e era inevitável.

Neste momento não há obras, há obras na Praça Almirante Reis. E, neste momento, o que se verifica é que eu sinto, eu e outros moradores, que pagaram o estacionamento de residente, sentem-se discriminados, porque, como não há fiscalização, passou a ser um estacionamento a longo prazo. E, se há algum mérito no pagamento de parquímetros é porque o estacionamento é curto e, agora, é a longo prazo, mas longo prazo de semanas.

Portanto, é isto que eu venho aqui pôr. Não me venham dizer que daqui a uns tempos vai haver obras, porque então assim, vai haver obras em todas as ruas da cidade. Portanto, é isto: eu sinto-me discriminado, por estar a pagar e ninguém mais paga.

Ah, só uma coisa: É que os parquímetros tidos têm lá “*Fora de Serviço*”. Eu gostava muito de, quando vim pagar, aqui a baixo, à Tesouraria, o meu estacionamento, que viesse de lá um Multibanco dizer “*Fora de Serviço*” e esse funcionário dissesse: “*Olhe, não pode pagar*”. Olhe, ficava todo contente e vinha-me embora. Mas não, que chatice, tive mesmo que pagar. E é essa a discriminação de que eu me sinto, como morador. Eu e outros que não vêm aqui estar este tempo todo aqui à espera. Muito obrigado pela vossa disponibilidade.





**Sra. Presidente** – Sr. Luís Lopes, eu já sabia do seu problema. É claro que os serviços já me tinham relatado este problema. Isto chega cá tudo. Com muita preocupação, porque, quer eles, quer eu, achamos que o senhor tem toda a razão. Mas, quando acontecem estas obras...

Ali, a Almirante Reis, está a provocar algum desconforto nas pessoas e, portanto, tem que se fazer, senão aquele caneiro cai. Aquilo é para tratar da Ribeira do Livramento.

E, portanto, aqui há 2 ou 3 semanas, tive uma reunião com as pessoas, às 7 e tal, com o Vereador Rabaçal, com os comerciantes, porque eles vieram aqui exatamente por causa do desconforto que aquilo está a provocar, e levámos o empreiteiro. O empreiteiro foi dizer que aquela grande obra, que agora está a atravessar de um lado ao outro da Estrada, acaba em março, no máximo.

Portanto, aquilo começa a fechar tudo em março e os comerciantes pediam: “*Mas, nós, como é que temos?...*”

As pessoas não passam ali, porque aquilo, quando vêm aquela vedação, algumas pessoas nem se apercebem de que aquilo tem, na mesma faixa, tem ali, a determinada altura, duas vias. Portanto, há pessoas que estão a fugir dali, da zona. Não conseguem pôr o carro, não conseguem transitar e estão a fugir da zona.

Nós prometemos e já lá estão algumas a identificar melhor aqueles espaços comerciais e uma das coisas que as pessoas pediram era, de facto, que os fiscais da empresa que fazem a prestação de serviços nos parquímetros, não andassem ali em cima das pessoas, porque aquilo está um bocado desregulado.

Eu acho que o senhor tem toda a razão, porque aquela zona do estacionamento que não está ainda devidamente organizada, mas que existe, porque as pessoas põem ali os carros, de facto, está a criar problemas às pessoas como o senhor. Nós temos que ir resolver esse problema, lá no sítio.

**Sr. Luís Lopes** - O ano passado era pertinente aliviar, como aliviaram, a fiscalização, porque não havia lugares. Neste momento, a Avenida dos Combatentes tem todo o estacionamento possível. Agora, não há razão.

**Sra. Presidente** – E ali não havia estacionamento quase nenhum, não é?

**Sr. Luís Lopes** – Eu soube que a Sra. Presidente foi lá. Eu não pude estar lá. Nem sabia que ia lá. Agora, não foram os residentes que calaram. Foram os comerciantes, é evidente. Agora, eu não tenho culpa disso, porque aliás, como eu digo, o grande problema, neste momento, da Avenida dos Combatentes, é que passou de um estacionamento temporário, que até os comerciantes nem estão a ver bem, porque, para eles até vai-se almoçar numa hora, mas há lá pessoas que não são residentes, carrinhas, que passam lá semanas e passou a ser permanente, neste momento.

Eu estou a falar em 2019. Em 2018 não me ouvia falar em nada disso, antes pelo contrário. Mais de 50 por cento do estacionamento ficou cortado com as obras, mas eram pertinentes, aquilo não havia discussão.

**Sra. Presidente** – Temos que lá ir fazer uma reunião, para ver como é que a gente resolve isso. Está bem? Pode ser?

Porque os comerciantes pedem para não haver fiscalização, mas vocês também têm razão. Vocês estão a pagar e tem que se fazer contas.

**Sr. Luís Lopes** – Já pagámos. Eu ficava mal com a minha consciência não vir cá pôr esta questão.



**Sra. Presidente** – Temos que lá ir. Vamos para a próxima terça-feira, aí às 19 horas. Vamos lá os dois, outra vez, para pôr placas para quem reside e tem que haver fiscalização, para vocês terem proteção. Portanto, terça-feira, às 19 horas, está bem? Tem que ser consigo e os seus vizinhos. Convocar aquelas pessoas e os seus vizinhos, se estiverem nas mesmas circunstâncias, que eu não sei quem são, está bem? Ali, ao pé do restaurante “O Sadino”, está bem?

**Sr. Serafim Pinto** - Sou morador na Avenida Doutor António Rodrigues Manito, n.º 87. Resido num prédio que confina com o n.º 89 e, em verdadeira consonância com esse prédio, nós encontramos uma irregularidade entre esses dois prédios, pelo facto de terem sido derrubadas duas paredes principais do prédio.

Por conseguinte, apresentamos esta irregularidade em novembro de 2014, e, apesar de ter sido envidado vários esforços, no sentido de se conseguir alguma resposta pela parte da Câmara, o que é certo é que ainda não apareceu.

E, por tal indignação, venho aqui assim, à Câmara, solicitar se possível, uma resposta, para que eu possa responder condignamente e seriamente aos meus condóminos, porque eles pensam que eu, de facto, ando a brincar com esta situação.

Daí, e para mais esclarecimentos sobre o assunto, eu passo a palavra ao Sr. Engenheiro Vítor Alves.

**Sr. Eng.º Vítor Alves** - Muito boa tarde, Sra. Presidente da Câmara. Muito obrigado, também, por nos aceder a esta intervenção. Quero, também agradecer aos Vereadores dos competentes pelouros, pela forma com que nos acolheram aqui.

O Sr. Serafim, qual administrador, convidou-me para estar aqui na qualidade e na condição de assessor técnico e só estou aqui, precisamente, nessa mesma condição.

Quero dizer que, conforme já o Sr. Serafim disse, em 2014 trouxe este assunto à Câmara e a Câmara produziu o processo interno 774/DIR/2014. Peço que todos possam anotar este processo, porque é muito importante.

Eu não quero discutir a celeridade da resposta da Câmara. Em 2016, mês dois, dia um, dá-nos uma resposta que me apraz muito ou nos apraz muito. Não quero adjectivar se foi rápida, se não foi.

Simplesmente, no conteúdo desta carta, com as devidas competências delegadas, assinada pelo Sr. Carlos Barreira Dias, ela tinha, no seu anexo, um documento técnico que é um documento assaz importante e, desde já, lhe digo, Sra. Presidente e quero enaltecer o vosso técnico Nelson Carvalho, pelo profissionalismo, pela textura e competência com que produziu este documento.

No fundo, ele faz um espelho, uma retratação daquilo que era as devidas competências da Câmara, no sentido de usar todos os instrumentos legais ao seu alcance para recolocar, com legitimidade, aquilo que se tinha perdido.

Este documento, para nós, foi muito importante e estaríamos aqui na presença de uma solução muito grata, só que a Sra. Presidente, pelos seus mandatários delegados, achou muito bem e é um direito que se assiste, ao direito de audição do errante ou daquele que estaria a prevaricar a lei.

O que é certo é que essa audição foi feita ao senhor que fez as obras sem qualquer controlo prévio, sem qualquer autorização da administração do condomínio e, muito menos, sem qualquer licenciamento.

Nesta altura, a Câmara decidiu, por uma questão de operacionalidade, alterar o número do processo para o processo 211F/16. Nós, a partir desta data, começámos, então com alguma premência, a vir à Câmara e, desde já, quero também enaltecer a Sra. Presidente, pela competência que tem e da forma como pode dar orientações aos vereadores que fazem parte da equipa com a senhora, nomeadamente na competência aqui da Vereadora Eugénia.

A Câmara foi cordial, foi simpática, foi muito diligente e, no ano 2018, recebeu-nos por quatro vezes. Estamos gratos por isso, pela forma com que a vereadora tentou reorganizar o processo, muitas vezes até com orientação de uma jurista presente, a Dra. Ana, e em que

nós sempre saíamos de lá com os nossos sentimentos um pouco mais apaziguados, porque estaria em vista a solução.

O que é certo é que, volvido o ano 2018, estamos no ano 2019 e as coisas não se concretizaram. É a razão por que decidimos trazer à Câmara, ao conhecimento dos vereadores, que, de facto, esta situação não pode prevalecer.

E porquê? Porque, se há um senhor que teima e insiste e goza e diz que tem o problema resolvido, estamos aqui, talvez, na presença dos errantes, que é preferível tornar a vida deles desta maneira e passar esta mensagem a outros e desgraçados são aqueles que querem cumprir a lei.

Nós não podemos fazer isso. Todos nós, na sociedade, temos uma quota-parte, para podermos exigir. A exigência não passa só por nós, mas passa pelos autarcas, nomeadamente na pessoa da Sra. Presidente. Eu até acredito que a Sra. Presidente não possa ter tido o conhecimento lato deste processo, como, também, os restantes vereadores, mas é nesse sentido que nós quisemos trazer este problema hoje, aqui, porque, se esta situação vai continuar, isto pode trazer desgraças.

E estas desgraças são já veiculadas, são já transmitidas com expressões de agressão, como riscar carros, como deixar determinados aparatos ameaçadores, em determinados sítios, para, de alguma forma, instrumentalizar.

O que é que eu penso? Penso e peço-lhe, senhora vereadora. Eu estive aqui na bancada e apreciei muito a sua energia, a sua pujança política, na maneira com consegue liderar e moderar as bancadas. Não é fácil.

Só quero, para terminar, Sra. Presidente, que use um pouco da sua energia. Agarre este processo, faça com ele uma leitura acuidada e possa legitimar a Câmara como o instrumento que pode garantir a harmonia, a simpatia, e que isso possa trazer, a todos os condóminos, uma boa vizinhança e que não haja desgraças para o futuro.

**Sra. Presidente** - Eu tive conhecimento ontem deste processo. Não conhecia o processo. Imagine que são milhares, felizmente. Quer dizer que estamos com muito trabalho e quer dizer que Setúbal é procurado.

Mas, ontem, a Vereadora Eugénia disse-me que hoje os senhores disseram que vinham aqui à reunião da Câmara e, portanto, fez-me aqui um relatório do processo e eu tenho conhecimento do processo.

Agora, este senhor juntou as duas lojas. São lojas chinesas, não é? Mas é do mesmo proprietário? O que eu estou a perguntar é se foi o mesmo proprietário ou mesmo arrendatário, de uma loja, que fez isso, que aumentou para a outra, se são dois diferentes. Foi o proprietário? Ele é dono das duas lojas? Eu vou imediatamente notificar para ele fazer o fecho definitivo. Se ele não fizer o fecho tem que ir para tribunal, está bem? Porque há desobediência e ele tem que ir para Tribunal. Ele não licenciou e, também, não havia hipótese de licenciar. Estamos a falar de paredes mestras e de prédios independentes um do outro.

**Sra. Vereadora Eugénia Silveira** – Este processo já foi tido como crime de desobediência e o Ministério Público absolveu-o.

**Sra. Presidente** - Absolveu?

**Sra. Vereadora Eugénia Silveira** – Sim, o próprio infrator. Exato, absolveu.

**Sra. Presidente** - Sim, mas somos nós, agora que o notificamos para fazer obras e ele tem que fechar, porque senão, tem que levar outro processo.

Agora, a Câmara não pode, em edifícios, privados fazer a sua intervenção. Há até coisas que estão a cair, por exemplo, muralhas. Ali, a muralha da Figueira, que está a cair, é propriedade do Estado, não é? E o Estado diz: “Vão lá fazer a intervenção”. Estamos a falar de um milhão e tal.

Quer dizer, nós temos outras prioridades e que são as coisas da autarquia, não é? E, portanto, não nos podemos estar a substituir, nem aos privados, nem ao Estado Central. Só em condições excecionais e quando há transferência das verbas.

Este senhor tem que, imediatamente, fazer o fecho das paredes, mas é para notificar já. E, portanto, se não fizer o fecho nós podemos mandar encerrar a loja.

Agora, isso não tira a perigosidade, que nós fomos lá ver, que não está em risco de queda, mas isso não tira a perigosidade do próprio edifício. (...).

Claro, claro. E, portanto, nós vamos fazer esta notificação e até sexta-feira ou segunda-feira, nós mandamos cópia, para vocês saberem, está bem? Portanto, vamos, depois, acionar os mecanismos para cima.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e trinta minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,

Maria das Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 20 de março de 2019, por unanimidade, contém 36 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,

Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por:  
Carlos Mendes

Conferida por:  
Ana Cristina Claro